

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.560

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 042ª Sessão Ordinária realizada em 05/06/2013.....2 Ata da 014ª Sessão Extraordinária realizada em 05/06/2013.....13 Ata da 015ª Sessão Extraordinária realizada em 05/06/2013.....13</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL14 Atos da Mesa.....14</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....16 Emenda Constitucional16 Ofícios17 Portarias.....18 Projetos de Lei18</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - JoaresPonticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente em exercício, Padre Pedro Baldissera, os srs. deputados, as

sras. deputadas e também a sociedade catarinense que nos escuta e nos assiste pela TVAL.

Sr. presidente, vou me reportar hoje ao PL n. 0190/2013, que dispõe sobre o Programa Estadual de Educação para o Trânsito Consciente no Estado de Santa Catarina. Mas, ao invés de citar primeiramente a lei, darei a justificativa paramelhor entendimento da lei.

(Passa a ler.)

“Justificativa:

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 205, dispõe que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. No mesmo sentido trata a nossa Constituição Estadual, no seu art. 161.

Além disso, a CRFB/88, no seu art. 23, inciso XI, estabelece como competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípiosestabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

Já o art. 24, incisos IX e XV da mesma Carta Constitucional, assegura ao estado como ente federativo a competência concorrente para legislar sobre a educação e proteção à infância e à juventude.

Saliente-se ainda que a presente proposição é constitucional, pois não interfere nos órgãos mencionados nem lhes atribui competência, apenas prevê que os mesmos exerçam as funções de estimular, orientar campanhas educativas de trânsito.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, estima-se que em 2008 um milhão de crianças e de adolescentes, entre zero e 14 anos, morreram em virtude de acidentes de trânsito ao redor do mundo e cerca de 50 milhões ficaram com sequelas permanentes.

A realidade brasileira não é diferente, o Ministério da Saúde demonstra que cerca de seis mil crianças morrem e em torno de 140 mil são hospitalizadas anualmente, tornando-se assim os acidentes de trânsito a principal causa de morte entre as crianças de zero a 14 anos.

Esses números alarmantes fazem com que o Sistema Único de Saúde gaste cerca de 63 milhões/ano com o atendimento de crianças e adolescentes que sofreram acidente de trânsito.

Em virtude desses dados, resta evidente a necessidade urgente da criação de políticas que almejem alternar o cenário atual.

Nesse diapasão, é o objetivo da presente proposição, uma vez que a educação para o trânsito lecionada dentro das escolas é

um instrumento de suma importância para mudanças de comportamentos.

Objetiva-se também com o presente projeto implementar a educação do trânsito como prática educativa cotidiana, colocando o tema trânsito transversalizado nas disciplinas curriculares para que, ao longo do ano letivo, se torne objeto de constante análise, debate e reflexão na comunidade escolar, sempre com o intuito de promover nos alunos o desenvolvimento de valores, posturas, atitudes e comportamentos seguros no trânsito. Trata-se de trabalho permanente de transformação social.

A presente proposição busca, ainda, intervir e transformar a realidade, possibilitando, conseqüentemente, mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança de crianças e adolescentes nas vias públicas e do bem coletivo.

A educação a respeito de trânsito não pode ser concebida apenas como o ensino de regras e o treinamento de habilidades como únicas formas de atingir o objetivo de reduzir as estatísticas de acidentes. Impõem-se um novo modelo de didática, o qual deve romper com o modelo tradicional e centralizador, passando a uma prática pedagógica que ocorra de maneira acolhedora, autônoma, participativa, inovadora, reflexiva e crítica.

Registre-se que não é mais viável apenas exibir dados de acidentes e mortes no trânsito, mas elaborar ações de prevenção aos acidentes envolvendo motoristas, motociclistas, ciclistas, passageiros e pedestres, com enfoque nas atitudes e valores primordiais no convívio social e comunicação, além da locomoção, colaborando, dessa maneira, na construção da cidadania do educando e no respeito aos direitos humanos.

A transversalidade transpassa as disciplinas, tendo como principais objetivos potencializar valores, fomentar comportamentos e desenvolver posturas e atitudes frente à realidade social, favorecendo, dessa maneira, a construção da cidadania do educando. As próprias Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito realçam a necessidade do desenvolvimento transversal do tema, que implicará numa formação integral do aluno.

A necessidade de projeto que incentive o convívio social e a comunicação é de suma importância, pois no trânsito nenhuma atitude pode ser concebida sob o ponto de vista individual, visto que as pessoas se locomovem num espaço que pertence à coletividade. A escola deve trabalhar com os educandos princípios básicos de convivência, assim como valores primordiais nas relações interpessoais, tais como: tolerância, solicitude, fraternidade, compreensão, paciência, educação e respeito.

Cumprir destacar que vários estados e alguns municípios brasileiros já aderiram ao presente programa, o qual está atingindo metas importantes e demonstrando que o tema trânsito, colocado de forma transversal às disciplinas, atinge resultados imediatos com ótima perspectiva a médio e longo prazo.

Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal representado por variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o educando para saber transitar no espaço público, repensando sobre as diversas faces de conduta do ser relacionadas ao ato de transitar, devendo essa atividade ser acompanhada pelos órgãos de trânsito que agregarão ao projeto a experiência acerca da legislação."

O Projeto de Lei n. 0190/2013 dispõe sobre o Programa Estadual de Educação

para o Trânsito Consciente no estado de Santa Catarina.

Essa lei faz com que o Programa Estadual de Educação, denominado Trânsito Consciente Para o Trânsito, seja visto com todos os deputados como uma maneira de a secretaria da Educação colocasse tema. Essa educação tem vários itens a ser implantados nas escolas. Espero que os srs. deputados consigam fazer com que as suas emendas venham contribuir para diminuir os acidentes de trânsito, as mortes, os gastos e que possamos aumentar, sim, com excelência a Educação Consciente Para o Trânsito.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldisra) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sras. deputadas e pessoas que acompanham esta sessão, quero registrar, em primeiro lugar, a presença, nesta Casa, do vereador de Palmitos. Seja bem-vindo a este Poder.

Quero tratar de dois assuntos bem importantes no dia de hoje. Um com relação ao tema da educação e o outro com relação à Comissão Estadual da Verdade.

Nós temos uma luta nacional, uma luta dos educadores, que vem ao longo das últimas décadas levantando a necessidade de garantirmos 10% do PIB, Produto Interno Bruto, para investimentos em educação. A pergunta que se faz é a seguinte: além de garantirmos na Constituição os 10%, precisamos de fato dizer de onde vem esse recurso?

Confesso que fiquei extremamente feliz quando tivemos a notícia de que a presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 055.00/2013, que garante que o art. 214 no seu inciso VI da Constituição possa de fato ser executado. Esse artigo estabelece a meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, ou seja, a partir da Emenda Constitucional n. 059/2009 a meta de elevar o PIB da educação.

Portanto, há um projeto de lei, em seus arts. 1 e 2, que trata que vá exclusivamente para a educação a receita da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, as receitas provenientes dos *royalties* e da participação especial relativa aos contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob regimes de concessão e de partilha da produção dos *royalties* do petróleo, mais especialmente do Pré-Sal.

Então, quero enaltecer a atitude da presidenta da República que não somente demonstra o compromisso público de garantir esse projeto de lei os 10% do PIB em educação como diz de onde esse recurso será alocado.

A Confederação Nacional dos Municípios tem divulgado uma tabela de demonstração de quanto cada município catarinense receberia se fosse pela regra atual de 2011 e quanto receberia pela regra de 2013 com a derrubada do veto do Pré-Sal. Para se ter ideia, podemos verificar quanto o município de Blumenau receberia, além dos atuais recursos da educação, se fosse pela regra anterior, mais R\$ 576.715,00. E pelas regras de 2013 seriam mais R\$ 3.551.000.000,00, dinheiro esse que irá para a educação. Quero com isso enaltecer a atitude da presidente Dilma Rousseff.

De acordo com esse pensamento nacional, protocolamos, ontem, o Projeto de Lei n. 0187/2013, que estabelece também a mesma regra para os recursos dos *royalties* da exploração do petróleo, do gás natural e outros

hidrocarbonetos fluídos sob o regime de concessão em Santa Catarina, para que fique mais claro. Além dos 25% da educação, tudo o que Santa Catarina receber a mais de *royalties* do petróleo está destinado, através do nosso projeto de lei, para investimentos exclusivamente à educação.

É um projeto muito importante que vai garantir o incremento que precisamos para atender às metas do PNE, quais sejam: a ampliação da educação infantil; a garantia da educação em tempo integral, que é uma meta para até 2020, em 50% das escolas; a garantia de todos os educandos no ensino médio e a garantia da valorização dos profissionais da educação.

Então, fizemos essa apresentação e ontem já comuniquei ao secretário de estado da Educação a existência desse projeto, que inclusive pediu o empenho do governo e o compromisso, assim que o governo puder divulgar e também manifestar a sua posição favorável, para que 110% dos recursos do Pré-Sal de Santa Catarina sejam destinados à educação.

Sugeri, de igual forma, a cada vereador que façam seu município a mesma proposição, ou seja, que a parte referente ao município advinda do Pré-Sal seja também destinada à educação municipal.

Se fizermos esse debate em nível nacional, estadual e federal, temos certeza de que a educação brasileira sairá do 50º lugar e ocupará de fato uma posição de destaque no cenário mundial.

Além desse tema da educação, quero tratar de outro tema fundamental, que é a comissão da Verdade em Santa Catarina.

O governo, através do Decreto n. 1.420, de 1º de março de 2013, cria a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e estabelece todas as normativas para o seu funcionamento.

Eu fui indicada como representante da Assembleia Legislativa na comissão que é formada por cinco membros, sendo que temos, além de mim, Ronei Danieli, desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça; Naldi Otávio Teixeira, procurador do estado de Santa Catarina; Marcos Antônio Luiz da Silva, vice-presidente da OAB, e a nossa servidora Derlei de Luca, que representa muito bem o comitê e a sociedade civil organizada.

Então, quero informar a todos e também construir esse processo transparente da atuação da Comissão Estadual da Verdade.

A primeira reunião foi realizada na segunda-feira, ocasião em que determinamos que em princípio a comissão faria reuniões todas as segundas-feiras à tarde, num local ainda a ser definido pela Casa, mas com o total apoio do nosso presidente. E referida comissão, a partir desse decreto, vai se esforçar para identificar todos os casos de violação dos direitos humanos no que se refere aos dez mortos que são: Arno Preis, Divo Fernandes d'Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Hamilton Fernando Cunha, Higino João Pio, João Batista Rita, Luiz Eurico Tejada Lisboa, Paulo Stuart Wright, Rui Pfitzenreuter, Wânio José de Matos.

Esses dez desaparecidos e mortos serão a nossa prioridade, assim como a necessidade de realizarmos todo um levantamento documental; a articulação de audiências abertas à população, a fim de que possa prestar todas as informações disponibilizadas; a averiguação dos documentos dos órgãos internos do estado, o arquivo público; os Comitês pela Memória, Verdade e Justiça; as lideranças que tratam dos temas nas universidades e as populações indígenas, camponesas, religiosas, políticos, mulheres,

sindicalistas e militares que foram perseguidos pelo regime de 46 a 88, com destaque especial de 64 a 85.

Para concluir, a operação Barriga Verde e a Novembrada deverão merecer o nosso destaque com o objetivo de elucidar e contar a verdadeira história, para que possamos viver num país democrático com justiça e direito à verdade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o presidente e o nosso querido deputado Gelson Merisio, ex-presidente desta Casa, e fazer alguns registros.

Inicialmente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero falar com os diretores novos que entraram nesta Casa, indicados pelo atual presidente e vice-presidente, amigos pessoais e na política pública responsáveis, para que me conheçam efetivamente daqui para frente, porque vou repetir pela última vez nesta Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o seguinte: não vai ter mais diretor desta Casa que me diga que será preciso pedir autorização para o presidente para me repassar informação. Não vai ter mais diretor nesta Casa que me proíba conhecimento de informações de caráter público pela lei de transparência, aprovada por nós na Assembleia, e também pela lei federal.

Por tanto, novos diretores, tratem de me conhecer daqui para frente. Não preciso pedir para o presidente informação pública, e digo isso pelo seguinte: primeiramente porque estou dando algumas informações de que não sou responsável por algumas aprovações que saíram da Mesa. Uma delas é sobre o contrato milionário de terceirizados divulgado no jornal *Diário Catarinense*, de 2 de junho, da coluna de Cacau Menezes. Então, fiz pedido de informação a todos da Casa com as questões. Também fiz pedido de informação em relação ao contrato feito com a PAPP - empresa de consultoria para o Código Florestal - que foi aprovado na Mesa, onde está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Contratação de serviços de consultoria jurídica, a pedido do deputado Romildo Titon, para auxiliar nos serviços de revisão do Código Ambiental, cuja tarefa está sob a responsabilidade da comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc."

Eu perguntei ao deputado Neodi Saretta, que é da comissão de Turismo e meio Ambiente, se tinha conhecimento disso e ele me disse que a referida comissão nem está participando desse debate. Esse contrato no valor de R\$ 300 mil... Autorizamos, sim, a contratação de profissional responsável e em nenhum momento discutiu-se o valor na Mesa. O profissional contratado é de conhecimento, sim, e acompanhou todo o anterior. No entanto, o deputado Volnei Morastoni, também aprovado pela comissão, pela Mesa Diretora, solicitou a assessoria de um profissional na área da saúde pelo maior trabalho de levantamento deste estado na área da saúde, dr. Celso, que é do valor entre R\$ 6 a 7 mil/mês, até o final do ano. A procuradoria jurídica disse que não podia.

Como é que pode isso?!

Estou fazendo isso porque quero deixar claro que se não chegar em mãos a solicitação que enviei aos diretores desta Casa, não vou me dirigir ao presidente para pedir informação. Nem ao vice-presidente e nem a nenhum deputado desta Casa, porque isso me é de direito como cidadão catarinense deste estado.

Por isso, companheiros, às vezes isso causa dor e causa uma fratura, como disse o deputado Nilson Gonçalves. Nada melhor do que termos aqui o deputado Antônio Aguiar, que é ortopedista, que sabe como se trata disso, para melhorar o contexto da dor. E se tivermos que ter dor para corrigirmos isso aqui, vamos corrigir, porque esse é o nosso papel.

Estou dizendo isso porque virá mais um monte dessas questões daqui para frente. Não é pouco, é um monte.

Quero saber como é que está funcionando o serviço de saúde desta Casa; quero saber onde é que estão os funcionários da saúde desta Casa, porque há pessoas aqui que ficam doentes e não são atendidas. Se não está funcionando, vamos fazer igual ao Senado, entregar para o município, porque aí, pelos menos, haverá gente para atender.

Essa minha indignação é porque duas vezes consecutivas, da semana passada para cá, que me dizem que tenho que pedir autorização. Isso não tem cabimento! Daqui para frente quem quiser que ponha a cara no santinho, que rode o estado e vá fazer política pública! Um deputado trabalha aqui um ano e não recebe R\$300 mil na soma de salários e auxílio moradia! Não recebe isso! Um ano de trabalho!

Quero saber, pelo pedido de informação, quais os critérios criados para isso, porque estou na Mesa Diretora e não vou ser responsável por esses atos de contratações dos terceirizados. Eu quero dizer que defendo os terceirizados desta Casa. Não acho que tenha que ser feito concurso público para tudo. Porém, não posso ser responsabilizado pelo conjunto. E daqui para frente somente participarei da reunião da Mesa Diretora quando for para discutir o conteúdo e todas as ações desta Casa, porque senão venho a este plenário cada vez que eu precisar de uma informação e vou fazer isso publicamente, porque aí se publica mais, se é assim que querem.

Esse é o meu recado para os diretores desta Casa e para cada diretorzinho também, e há um monte aqui. Não são poucos. Se não sabe o que faz, peça demissão!

Então, meus companheiros, esse recado é público. E para as minhas informações quero resposta na minha mesa. E asseguro que vou tê-las, nem que seja por mandado de segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Por isso trouxemos a esta Casa mudas de plantas e depois vamos distribuí-las aos srs. deputados, para que possamos plantar e produzir como um símbolo também deste dia.

(Passa a ler.)

"Hoje é um dia para analisarmos as nossas atitudes e termos um olhar mais apurado sobre nossas ações em relação ao mundo em que vivemos. Precisamos cuidar deste bem precioso.

No art. 225 da Constituição Federal está o seguinte: - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações'.

Quando o meio ambiente foi elevado a um direito constitucionalmente garantido, não apenas reconheceu a significativa importância de mantê-lo em equilíbrio, como também definiu que o Poder Público, através de seus governantes, em conjunto com a população, efetivamente garantisse sua preservação e proteção.

Não é difícil perceber que a destruição do meio ambiente gera um desequilíbrio ambiental, resultando em graves alterações no clima, no controle das chuvas e no ar, que são elementos fundamentais à vida humana.

Lamentavelmente, o homem apenas tomou consciência da importância de salvar o meio ambiente na segunda metade do século XIX, quando o mundo já vivia os efeitos do desequilíbrio.

Atitudes simples fazem toda a diferença. A orientação deve ser feita constantemente, não apenas às crianças, mas também aos adultos que precisam entender sobre o consumo consciente, a preservação da água, a reciclagem. Preservar é uma necessidade que precisa ser lembrada todos os dias".

A separação do lixo, em minha opinião, deve ser considerada como uma atividade normal da pessoa em sua casa. Assim como separamos xícaras e talheres, com o lixo é a mesma coisa, cada um no seu lugar.

Muita gente pensa que na cidade é mais fácil separar o lixo, mas no interior os municípios também fazem a coleta seletiva. Às vezes demora um pouco, mas pelo menos uma vez por mês o caminhão da reciclagem deve passar nas comunidades rurais dos nossos municípios.

(Continua lendo.)

"Em Santa Catarina houve uma grande evolução nos últimos 12 anos. Em 2000, somente 16,5% dos resíduos sólidos gerados pela população do estado recebiam destinação adequada, sendo os outros 83,5% dos resíduos dispostos em depósitos a céu aberto. Na época, apenas 22, dos 293 municípios catarinenses, destinavam seus resíduos sólidos domiciliares em sistemas adequados.

Desde 2012, todas as cidades catarinenses fazem a destinação do lixo para aterros sanitários, uma grande evolução em relação a outras cidades do país.

Segundo índices do IBGE, em 2008 apenas 58% das cidades brasileiras tinham os resíduos destinados para aterros, o restante era feito em lixões a céu aberto.

O governo federal, com base nesses índices, lançou a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS -, que estabelece metas importantes para serem alcançadas até 2014, como o fechamento de todos os lixões do Brasil e investimento maior em reciclagem.

Outra inovação da PNRS foi a exigência de planejamento por parte dos estados e municípios. Desde agosto de 2012, apenas tem acesso a recursos federais para ações de resíduos sólidos os municípios que apresentarem seu respectivo Plano de Resíduos Sólidos.

Um relatório feito em julho de 2012 pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes -, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina, analisou todos os aterros e mostra como está a qualidade dos mesmos em Santa Catarina. Mais da metade é administrada por empresas particulares, sendo que 11% pertencem a consórcio e 31% são municipais.

Em relação à qualidade dos aterros, 42% estão em perfeitas condições, 39% em condições adequadas para receber os resíduos

sólidos e 19% estão em condições mínimas para receber os resíduos sólidos.

Outro ponto analisado foi em relação à coleta seletiva do lixo. A pesquisa apontou que nem todas as cidades catarinenses possuem um serviço estruturado. Isso precisa ser prioridade nas cidades, pois com menos lixo espalhado teremos menos enchentes, menos desastres ecológicos e, conseqüentemente, um lugar melhor para viver.

Qual é o mundo que queremos para nossos filhos e para os filhos de nossos filhos? Pense, repense, recicle. Façamos a nossa parte!"

Esta é a mensagem que queremos deixar registrada neste dia.

Gostaríamos de dizer que as plantas que estão sendo distribuídas são: flamboyant, guarapuvu, pitanga, seriguela e butiá. Esta planta que está aqui na nossa tribuna, e que v.exa. analisava anteriormente com carinho, trata-se da euphorbiapulcherrima, mas entre nós é conhecida como flor ou estrela-de-natal.

Gostaria de fazer este registro e distribuir essas mudas simbolizando este 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, em nosso nome, em nome da comissão que presidimos, a comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia, e tenho certeza que, deputado presidente, em nome de todos os deputados que gostariam de simbolizar este dia tão importante.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores do município de São Joaquim, Túlio Cesar Mattos, que se encontra neste plenário.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherech, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje com certeza com um motivo de muita alegria. E a cada dia que passa sinto o nosso mandato de deputado estadual conquistar algumas obras importantes e, por que não dizer, algumas conquistas alcançadas de uma profundidade muito grande na nossa região da foz do rio Itajaí.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na tarde de ontem nós, juntamente com o governador Raimundo Colombo, o secretário Beto Martins, o secretário Valdir Cobalchini e demais lideranças, tivemos a alegria de estar no ministério do Turismo, onde fomos atendidos pelo ministro Gastão Vieira, juntamente com o secretário Vinícius Lummertz, um catarinense que tanto nos orgulha com o seu trabalho no ministério, para concretizar um antigo sonho da nossa região: o nosso Centro de Eventos.

Aproveito, sr. presidente, v.exa. que é do Partido dos Trabalhadores -, a oportunidade para abrir aqui um parêntese para fazer um agradecimento à presidente Dilma Rousseff por agradecer o estado de Santa Catarina, e diretamente ao meu município, Balneário Camboriú - e com isso vai agradecer o turismo catarinense e, por que não dizer, brasileiro -, com a quantia de R\$ 55 milhões que já estão depositados na Caixa Econômica Federal, na conta do estado.

Vão se somar a isso os R\$ 15 milhões que o governador Raimundo Colombo colocar em contrapartida pelo estado. E vamos fazer uma obra que é tão importante para o turismo do estado e para o sul do Brasil quanto foi a duplicação da BR-101. Quando foi feita a duplicação houve um impacto socioeconômico muito grande, que inclusive tem provocado aqui até certos problemas com a litoralização de uma maneira intensa que ocorre desde a duplicação.

O centro de eventos é tão importante à nossa região que vai combater, deputada Luciane Carminatti, um dos maiores flagelos do turismo, que é a baixa temporada ou a sazonalidade. E quando há um turismo receptivo, tem-se a opção de fazer o incremento no turismo do negócio e o nosso litoral é extremamente plausível para isso. Com certeza encontraremos o atacante e a bola na marca do pênalti. Tudo isso somado vai fazer com que tenhamos daqui a um ano, dois anos uma nova realidade social e econômica. Não sei quanto tempo vai levar uma construção desse porte, desse tamanho, mas espero que não demore muito tempo.

E registro aqui, sr. presidente, com veemência a participação do governador Raimundo Colombo nessa obra. Chego a dizer que amanhã vamos receber a visita do secretário Valdir Cobalchini que também irá conosco conhecer duas novas opções de pavimentação, urbanização, que é a estrada que liga Itapema a Camboriú e Camboriú a Brusque.

Temos a duplicação da rodovia, as novas duas estradas Antônio Heil, a perspectiva real de construir essas novas duas estradas e também a construção, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, da segunda torre do hospital. E agora, junto com a união, vamos conseguir o tão sonhado centro de evento.

Chegamos a tal ponto, srs. deputados, que ao me comunicar com a sociedade, com os clubes de serviço, com as entidades do município de Balneário Camboriú, com as pessoas, não acreditava que isso era verdade. Mas realmente a obravai acontecer por causa da sua importância, pelo que representa para toda a nossa região.

Quero deixar registrado que já enviei uma moção aos órgãos competentes, deputado Dóia Guglielmi, em meu nome e em nome da bancada, e para isso peço autorização de v.exa., de congratulações à presidente Dilma Rousseff, ao ministro Gastão Vieira, ao governador Raimundo Colombo, em especial, que se dedicou pessoalmente para que essa obra fosse conquistada, e ao nosso catarinense Vinícius Lummertz da Silva, que também contribuiu muito para que isso ocorresse.

Então, nós sabemos das dificuldades pontuais que o governador tem enfrentado com relação a esse assunto porque já fomos feitos, vice-prefeitos já ocupamos um cargo no Executivo e acabamos sendo atingidos involuntariamente por algumas cascas de banana que são colocadas em nossos caminhos, fazendo com que nos tropeçemos. Mas temos que ter coragem, ousadia para levantar e seguir em frente. Por isso temos certeza de que o governador Raimundo Colombo teve que segurar muito firme para alcançar essa conquista da realização dessa obra de magnífica importância.

Assim sendo, é com muito prazer, srs. deputados e sras. deputadas, que compartilho dessa alegria com v.exas. porque sei da importância vital que isso representa à economia da nossa região.

Houve uma transformação no município de Florianópolis com o centro de eventos, como é o caso da cidade de Joinville.

A praia mais longe de Balneário Camboriú fica a nove quilômetros. E como temos uma rede hoteleira de 16 mil a 18 mil leitos, isso vai fazer com que o turismo por si só, os nossos eventos, fique restritos à nossa região e vá fazer realmente com que possamos sorrir com essa conquista.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Muito obrigado, deputado, pelo aparte.

Quero cumprimentá-lo e dizer que ficamos felizes por termos conseguido levar para o município R\$ 100,00, R\$ 200,00, R\$ 300,00, junto ao governo do estado ou nas secretarias.

Quero também parabenizá-lo por essa grande luta quevem travando há muito tempo em favor de Balneário Camboriú, extensivo ao governador e à sua equipe, que se fizeram presentes junto ao governo federal.

V.Exa. foi secretário de estado da Saúde, conseguiu levar para aquele município um hospital e agora está levando para lá um centro de eventos.

Como líder do PSDB, posso dizer que faremos, com o maior carinho, uma moção em nome de todos os deputados, até porque entendemos o valor que isso representa para a economia daquele município.

Parabéns, deputado Dado Cherech, pelo seu trabalho e pela comitiva que esteve junto ao governo federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Muito obrigado, deputado Dóia Guglielmi.

Deputado Silvío Dreveck, v.exa. que já foi prefeito, que já foi secretário da Saúde, sabe que muitas vezes nos pregam alguma peça e acabamos cambaleando. Mesmo assim, vale a pena continuarmos na vida pública enfrentando os desafios e sacrifícios que são colocados em nossa frente.

Essas conquistas que o deputado Dóia Guglielmi citou do hospital e do centro de eventos de Balneário de Camboriú não são somente minhas, mas de todos, pois é uma obra que não tem dono, é uma conquista de todos, com algumas ações neste Parlamento, o que faz com que cheguemos, apesar de todas as dificuldades, no final do dia dizendo que vencemos mais um dia e que tudo vale a pena.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, pessoas que nos visitam na Assembleia Legislativa, quero fazer um destaque especial para a presença da vereadora de Morro da Fumaça, sra. Maria Bortolin, como também de Pedrinho Patrício, Ari Arlei de Mattos, da Rádio Comunitária, que vieram visitar este Parlamento para reivindicar recursos para o seu município.

Travamos uma bela conversa e aproveitamos para orientar a vereadora e os companheiros do Partido dos Trabalhadores

sobre os recursos do governo federal enviados ao estado de Santa Catarina, principalmente dos projetos que podem ser desenvolvidos naquele município, como o projeto Minha Casa, Minha Vida, um assunto de interesse da referida vereadora, tendo em vista que é um direito da população de Morro da Fumaça, que ainda não construiu sua casa, ter acesso a esses recursos para poder dar moradia à sua família.

Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Continuando a fala, a exemplo do que disse o deputado Neodi Saretta, brindando-nos, inclusive, com mudas de árvores com flor de Natal, do Espírito Santo, da seringueira e da pitanga, quero dizer que devemos fazer a nossa parte plantando essas árvores no Dia Mundial do Meio Ambiente. Agradeço e tenho certeza de que os demais parlamentares irão fazer o mesmo.

O dia 5 de junho que a Organização das Nações Unidas conferiu como Dia Mundial do Meio Ambiente tem como tema: Pensar, Comer e Conservar! É uma campanha sobre o desperdício de alimentos.

Todo o ano 1,3 bilhão de toneladas de comidas é desperdiçado e isso significa que todos os recursos e insumos usados na produção também são perdidos. São necessários, por exemplo, aproximadamente, 1000 litros de água para produzir um litro de leite. E eu falava ontem com o deputado Dirceu Dresch que uma vaca bebe 100 litros de água por dia e para produzir um litro de leite são necessários 1000 litros de água.

Srs. deputados, mais de 20 mil crianças morrem diariamente de desnutrição. A produção global de comida ocupa 25% de toda a terra habitável, é responsável por 70% do consumo de água doce, 80% dos desmatamentos e 30% da emissão de gases de efeito estufa.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos produzindo cerca de 25,7% a mais do que necessita para alimentar sua população. De acordo com pesquisas, muito do que se planta aqui também é perdido ao longo de sua cadeia produtiva: na colheita, no transporte, no armazenamento dos alimentos, na indústria de processamento, no varejo, no processo culinário e também nos hábitos alimentares. Isso significa que em uma casa brasileira há um desperdício em média de 20% dos alimentos que compra semanalmente, o que remete a uma perda de R\$ 1 bilhão por ano, o suficiente para alimentar 500 mil famílias.

Outra demanda que precisamos fazer reflexão, neste dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, diz respeito ao crescimento urbano, que é o problema do século. As nossas cidades estão crescendo desordenadamente.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a população urbana mundial foi multiplicada por cinco entre o ano de 1950 e 2011. Em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, o número de pessoas vivendo em cidades ultrapassou daquelas que moram no campo, e isso é um dado muito alarmante.

Somente no ano de 1995 ao ano de 2005, para dar outro exemplo, a população das grandes cidades, nos países em desenvolvimento, cresceu em média 1,2 milhão por semana, cerca de 165 mil habitantes por dia. Se a Organização das Nações Unidas prevê que o número de habitantes urbanos irá dobrar em 2030, as contas do Banco Mundial indicam que a área global construída será três vezes maior, na mesma data, apontando um crescimento na demanda por energia e custos de uma nova infraestrutura, além de outros tantos problemas

associados como a ocupação das áreas de forma desorganizada.

Todos nós sabemos que esse sistema está em crise e vivenciamos isso no nosso dia a dia com as mudanças climáticas que observamos, por exemplo, de uma flor que é considerada de Natal que está florescendo nesta época. E o deputado Neodi Saretta nos presenteou, hoje, com essa flor. Também observamos isso com a destruição dos recursos naturais dos nossos rios, dos deslizamentos, causando um decréscimo da felicidade da nossa população. Não é por menos que hoje vivenciamos muito mais pessoas com doenças da alma como a depressão, que está aumentando significativamente, como também a questão do meio ambiente, do nosso convívio com a natureza etc.

A boa notícia é que existe a intervenção de pessoas que estão preocupadas com isso, que estão defendendo as nossas florestas, que pensam em produção limpa, nos direitos trabalhistas, no consumo consciente, na adequação em descarte, na disposição de resíduos. Assim sendo, acredito que há governos, há pessoas interessadas que percebem a importância de se construir propostas para pessoas e pelas pessoas e um sistema integrado, cíclico, sem desperdício de recursos. Esse é o chamamento neste dia em que se comemora o Dia do Meio Ambiente, ou seja, além de plantarmos árvores, temos que ter essa consciência de diminuir o nosso consumo.

Outro tema que trago aqui, sr. presidente, muito importante, principalmente para toda Santa Catarina, como também para nós, que moramos no vale de Itajaí, diz respeito à BR-470. E quero registrar a liberação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama, da licença para implantar os canteiros de obras para a duplicação da tão sonhada BR-470 nos dois trechos dos quatros lotes projetados entre Indaial, passando por Blumenau até Gaspar.

Então, a partir de agora o governo federal poderá assinar a ordem de serviço para dar início aos trabalhos da duplicação, que é um sonho de milhares de pessoas, principalmente dos blumenauenses e de toda a população do vale do Itajaí.

A nossa presidenta Dilma Rousseff esteve em Blumenau no ano de 2011 falando que era uma questão de honra a duplicação da BR-47. Assim sendo, conseguimos, ontem, a liberação do Ibama e a partir do dia 17 de junho a ordem de serviço deverá ser liberada. Hoje mesmo conversei com o superintendente do DNIT, o engenheiro João José, que disse que estão preparando todos esses canteiros de obras para que a partir do dia 17 possa então ser assinada a ordem de serviço com o empenho da nossa ministra Ideli Salvatti, do deputado federal Décio Lima, de toda a bancada federal no Congresso Nacional e da nossa presidenta para oficializar a tão sonhada duplicação da BR-470, primeiramente entre Navegantes até o município de Indaial, começando então com o lote entre Blumenau, Gaspar e Indaial, concluindo depois até Navegantes.

Era isso que queria relatar, sr. presidente, agradecendo o empenho de todos para que essa obra possa ser concluída e o sonho ser concretizado. Então, a presidenta Dilma Rousseff está cumprindo com a sua palavra, que é a duplicação da BR-470. Esperamos a vinda dela aqui para assinar essa ordem de serviço.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, ontem à tarde estiveram nesta Casa centenas de pescadores, juntamente com o presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina e com o gerente da Pesca da secretaria da Agricultura. Esse movimento liderado por alguns deputados, inclusive pelo deputado Darci de Matos, reivindica uma série de sugestões, de pleitos para a pesca artesanal em Santa Catarina.

Todos nós sabemos a luta que foi para criarmos o ministério da Pesca. Durante muito tempo convivemos com a Sudep, que era o órgão que cuidava da pesca no Brasil. No governo Collor foi extinta a Sudep e o Ibama ficou responsável por esse setor. Sabemos da importância que o Ibama tem pela questão ambiental, mas ele não poderia continuar cuidando da pesca porque é um órgão de fiscalização ambiental e a pesca, como a agricultura, é um setor de fomento. Por isso que os países mais desenvolvidos do mundo como Espanha, Japão, Nova Zelândia e vários outros países têm o seu ministério da Pesca.

No Brasil, com um mar territorial de 8.000km, do Oiapoque ao Chuí, com a maior bacia fluvial do mundo, que é a bacia Amazônica, e tantos rios que correm pelo interior do Brasil, não há um ministério da Pesca. Foi necessária uma luta grande para que pudéssemos criar o ministério da Pesca.

Eu coordenei em Brasília, durante dez anos, uma frente parlamentar da pesca, sendo que o ex-presidente Lula, sensibilizado durante a eleição presidencial na época, resolveu criar, no Rio de Janeiro, o ministério da Pesca.

V.Exas. não têm ideia da dificuldade que foi tirar a pesca do Ibama, porque ele não queria perder os poderes que tinha. A primeira medida provisória que criou o ministério da Pesca tratava mais de proibir, com vários artigos nesse sentido como, do que outra coisa: é proibido, está proibido, fica proibido. Somente dois ou três artigos é que tratavam de fomento, de incentivar a pesca no Brasil. Na época, José Fritsch já tinha sido escolhido secretário da Pesca. Eu fiz mais de 20 emendas nessa medida provisória, inclusive com a sua aprovação, pois na época não podia se envolver muito porque já tinha sido escolhido secretário, e conseguimos retirar uma série de poderes que iriam ficar com o Ibama para o ministério da Pesca. Todos sabem que a pesca no Brasil tem uma importância fundamental e Santa Catarina muito mais, pois é o estado da federação que mais faz pesca extrativa com os barcos industriais e artesanais.

Lamentavelmente, acho que não fomos muito felizes na escolha, me perdoem, dos ministros da Pesca, porque na realidade eles comeram pelas mãos do Ibama. Se tiramos os poderes do Ibama e os transferimos para o ministério da Pesca, ela é que teria que ter autonomia para decidir uma série de questões que dizem respeito à pesca no Brasil.

Então, acho que o Lula teve uma atitude elogíavel importante quando topou criar o ministério da Pesca, mas eles estão errando na escolha dos ministros. Agora, para agradar um partido que compõe a base do governo, resolveram chamar um pastor evangélico. Não tenho nada contra eles, pelo contrário, pois têm um papel fundamental na vida religiosa, espiritual e social do Brasil, mas eles não entendem nada de pesca. Colocaram o senador Crivella para cuidar da pesca no Brasil. E hoje é um absurdo o que estão fazendo com a pesca industrial e com a pesca artesanal no Brasil,

com a pesca da tainha, que é uma pesca histórica, tradicional no litoral de Santa Catarina.

Tive a oportunidade de aprovar aqui, recentemente, um projeto de lei que destina a pesca da tainha como patrimônio cultural de Santa Catarina. As tainhas - os deputados mais do interior do estado, que lidam com a agricultura, no setor italiano, alemão sabem disso - saem da lagoa do Rio Grande do Sul e das lagoas do Uruguai para fazer o ciclo da desova por todo o litoral de Santa Catarina e do Paraná até o Rio de Janeiro.

O que está acontecendo com a valorização da ova no mercado internacional, porque hoje um par de ovas vale mais do que uma tainha?

Os países asiáticos, principalmente a China, e a Itália, na Europa, estão comprando tainha a um preço absurdo. Hoje, as traineiras entram nas lagoas do Uruguai, do Rio Grande do Sul e ficam matando tainhas dentro da lagoa. Aí não haverá tainha da lagoa para fazer o ciclo da desova. Então, não pode ter tainha aqui mesmo!

Não adianta culpamos a pesca industrial como a grande responsável. Claro que há problema de falta de fiscalização. E quando eles falam em falta de fiscalização, eu pergunto: onde estão os 28 barcos que foram construídos pelo ministério da Pesca no estaleiro para fazer a fiscalização? Onde estão esses barcos que não fiscalizam? Porque a pesca industrial tem que pescar a uma milha da costa. Mas ninguém fiscaliza nada!

Temos somente uma alternativa: fazermos uma audiência pública na Assembleia para discutirmos essa questão com bastante profundidade, com a presença de representantes do ministério da Pesca, porque não é somente o problema da pesca da tainha, é o problema da carteira do pescador que não liberam.

Não consigo entender como é que um pescador artesanal recebe uma licença somente para pescar corvina. Mas ele sai para o mar e vai pescar outras coisas: como anchova, tainha na sua época etc.

Hoje, uma licença para um pescador é somente para um determinado peixe.

Então, vamos fazer essa audiência pública, deputado Neodi Saretta, para discutir essa questão com mais profundidade na Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem através da TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero me juntar à ação do deputado Neodi Saretta e ao discurso da deputada Ana Paula Lima e dizer que estive hoje na praça próximo ao mercado municipal, na Feira do Mel, e na Fatma, onde está ocorrendo uma atividade para as crianças sobre educação ambiental pela comemoração do Dia Internacional do Meio Ambiente.

Certamente essas manifestações hoje, deputado Ismael dos Santos, estão acontecendo no Brasil inteiro porque efetivamente ou nós, em todos os momentos, em nossas ações e nas nossas atitudes, nos preocupamos com a preservação do meio ambiente ou corremos o risco no futuro de comprometer a humanidade, porque preservar a vida, o meio ambiente significa preservar a vida.

As ações têm que ser feitas com toda a sociedade, deputados Ismael dos Santos e Maurício Eskudlark, essencialmente com as crianças nas escolas e com as famílias. E no que diz respeito à preservação do meio ambiente, isso está sendo feito em Santa Catarina e no Brasil.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Para complementar o que está sendo falado sobre o meio ambiente, quero destacar as belezas de Santa Catarina que ocupam 1% do território do Brasil e que estão, sem dúvida alguma, entre as mais belas paisagens do Brasil e do mundo, e dizer que v.exa. frisa o assunto com muita legitimidade, até porque é da área, fez a escola agrícola, entende muito bem da terra e que o verbo preservar só tem a sua conjugação perfeita com o verbo educar. E aí entra a proposta das novas gerações, pois é educando que de fato vamos conseguir preservar o meio ambiente.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos!

V.Exa. tem razão em dizer que em Santa Catarina somos privilegiados. Temos quase 700Km de costa, temos a Serra do mar, a Mata Atlântica e campos de altitudes, terras agricultáveis, enfim, temos condições e vamos, com certeza, preservar toda a riqueza ambiental do estado de nosso estado.

Sr. presidente, quero fazer menção a um assunto que certamente o deputado Nilson Gonçalves fará um discurso a respeito para dar a sua opinião, que é a situação da demarcação de terras indígenas na cidade de Araquari, assunto este que estamos envolvidos e até indignados.

Em Santa Catarina, há problemas de demarcação de terras indígenas, como também no Brasil. Lamentavelmente, ocorreu a morte de um índio há poucos dias e me parece que mais um incidente, em que um índio foi alvejado. Lamentamos muito isso porque entendemos que a situação de demarcação de terras indígenas tem que ser na cidade de Araquari, de forma pacífica e negociada. Esta é a nossa tese e o nosso desejo.

Agora, deputado Padre Pedro Baldissera, o padre Luiz Facchini, que discorda do que está acontecendo, alojou alguns guaranis, índios paraguaios numa propriedade de uma família em Araquari e, ao longo dos anos, outros parentes. Mas pasmem v.exas.: a Funai, assessorada por ONGs internacionais, através de uma ação de terceiro escalão, tomou providências. E está na iminência de acontecer a demarcação de 10.000 ha de terras agricultáveis, terras que os agricultores têm o título de sua propriedade, com escritura pública. Um terço, portanto, do município de Araquari poderá ser demarcado como terra indígena.

Deputado Nilson Gonçalves, nem o cacique concorda com isso. Ele disse que não quer tanta terra e que não plantaram ali. Isso vai comprometer a economia do município de Araquari, vai causar uma catástrofe para o norte e vai dar um mau exemplo. Os índios são seres humanos e têm que ser protegidos e alojados, mas não nas terras agricultáveis que têm títulos públicos. Eles têm que ser alojados em outras áreas, quem sabe, do governo federal ou nas áreas não agricultáveis, porque o índio não vai plantar e não vai colher. O índio tem a cultura da caça. Uma boa parte deles já está aculturada e sobrevive com dificuldades, é bem verdade, com a ajuda da Funai. Esta é a grande verdade.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, não queria quebrar seu raciocínio, mas apenas me somar à sua oratória.

Não sei se v.exa. lembra, mas criamos nesta Casa a comissão Permanente que tratava da demarcação de terras indígenas e tivemos a oportunidade de fazer várias reuniões aqui com todas as partes interessadas. Posteriormente, fizemos reuniões em Joinville e em Brasília com a bancada catarinense. Enfim, esgotamos todos os esforços.

Numa última tentativa de solução para isso, o padre Luiz Facchini, juntamente conosco, ficou de elaborar um termo de declaração assinado pelos proprietários e pelos índios. O padre era quem respondia pelos índios porque ele que cuidava deles com relação à questão de doenças e de comidas e tudo mais. Levamos isso, então, para Brasília, para que os deputados federais, juntamente com essa comissão, levassem essa solução pronta, prato feito, para que fosse resolvida essa questão. Só que ocorreu um problema, deputado Darci de Matos: todos concordaram e estava tudo legal, mas quando chegou na hora do cacique assinar, ele queria bater em nós e aí a coisa complicou. O padre se recolheu, eu também e a comissão foi desfeita porque não havia mais o que fazer naquele momento.

Agora, está sendo novamente levantado o problema e estamos na iminência de vermos consagrada aquela vontade da Funai de demarcar esse mundaréu de terras que vai travancar o nosso progresso por lá e complicar toda a nossa vida. E solucionar o problema do índio, que é o que é preciso ser feito, eles não estão fazendo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Treze por cento do território nacional hoje é reserva indígena e Santa Catarina representa 1,5% do território nacional. Se fosse por um pensamento simplista, todas as terras seriam indígenas no país.

Temos o mesmo caso citado por v.exa. em Cunha Porã e em Saudades. Uma empresa colonizadora teve um índio como funcionário, não era um indígena com oca e com aldeia, era um índio paraguaio, e agora, depois de 60, 80 anos, aquelas famílias que possuem a escritura das suas propriedades e que ali estão produzindo estão sendo ameaçadas de despejo porque, através de um estudo e do testemunho dos descendentes desse índio, aquela terra está sendo pleiteada pela Funai.

Então, realmente o governo federal, a Funai, tem que fazer um estudo. Queremos a proteção dos indígenas, mas temos que olhar com respeito a propriedade das pessoas que estão há anos estabelecidas regularmente.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Na verdade, a solução definitiva, no meu entendimento, para esse conflito da demarcação de terras indígenas passa pela aprovação do projeto de lei dos deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que remetem toda e qualquer demarcação de terras indígenas ao Congresso Nacional, porque dessa forma essas demarcações ficarão mais democráticas, abertas e participativas, pois hoje funcionários do terceiro escalão do governo federal, assessorados por ONGs, estão demarcando

terras indígenas, e esse projeto não foi votado porque os índios invadiram o Congresso Nacional e foram sustados o debate e a aprovação do projeto. Mas o governo federal está tomando uma providência que no meu entendimento é muito boa, está discutindo a possibilidade de baixar uma portaria exigindo que para demarcação de terras indígenas no Brasil sejam ouvidos, consultados outros ministérios como o da Reforma Agrária, da Agricultura e, sobretudo, o ministério da Justiça.

Essa portaria que o governo está discutindo dará condições para um debate mais amplo e fugiremos dessas injustiças e aberrações que poderão desalojar os nossos agricultores no vizinho município de Araquari.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente e gostaria de registrar que aqui em Florianópolis, no Largo da Alfândega, de hoje até sábado, estará acontecendo a Feira do Mel.

Ontem, ouvi v.exa. muito atentamente quando fez, nesta tribuna, um belo discurso no que diz respeito à produção de vinhos catarinenses, enaltecendo não somente o vinho, mas também o que ele agrega de valor para as famílias, a renda, a ocupação e a atividade.

Nessa mesma direção, deputado Padre Pedro Baldissera, vejo que aqueles produtores que estão hoje envolvidos na produção do mel a têm também como uma fonte de renda, deputado Nilson Gonçalves, o que lhes dá uma condição de vida melhor.

Lá no planalto norte - e eu diria mais planalto nordeste, porque quando falamos do norte estamos falando mais de Joinville - foi criado o entreposto do mel que tem uma espécie de um consórcio, sendo que vários municípios estão participando, como Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Canoinhas, Porto União e Matos Costa, que é um grande produtor de mel. E da data de hoje até sábado estarão no Largo da Alfândega fazendo essa feira, evidentemente destacando o lado comercial que também é importante para essas famílias.

Por outro lado, não podia deixar de me manifestar a respeito, depois de ouvir com muita atenção o que o deputado Edison Andriano falou, da pesca no Brasil, em especial do estado de Santa Catarina. Chamou-me a atenção quando ele disse que há pescadores matando as tainhas nas lagoas, deputado Serafim Venzon, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, para tirar a ova, que é o que tem maior valor de mercado, inclusive no mercado europeu e asiático.

De fato ele tem toda razão, uma vez que esses problemas acontecem todos os anos em Santa Catarina, deputado Valmir Comin. É só começar a safra da tainha que de repente o lbama, porque a rede tem uma malha um pouco mais redonda ou a outra mais quadrada, diz que há problema e não pode ser utilizada.

Então, ele tem toda a razão de trazer esse assunto a esta tribuna. E ele propôs a realização de uma audiência pública, deputado Nilson Gonçalves, que provavelmente não será em Joinville. Deverá ser realizada aqui porque a

quantidade e qualidade são maiores em função do litoral. E concentra mais, tanto o litoral do sul quanto do norte, para fazer essa audiência pública.

Ao mesmo tempo, quero fazer uma referência rápida com relação a um assunto que é muito polêmico no Brasil, principalmente, que é a demarcação das áreas indígenas. Essa questão está preocupando todos, inclusive o governo federal, porque estamos passando por um período em que não há consensualidade nessas demarcações e vemos que todos os dias os conflitos estão aumentando.

Entendo que há espaço para todos. O que não se pode é, por conta de interesses alheios às próprias tribos indígenas e ao próprio índio de modo mais simples, fazer com que haja essas invasões desnecessárias, muitas vezes havendo espaços suficientes em outras áreas. Mas ao mesmo tempo há esses interesses escusos por conta de movimentos que muitas vezes não são explicados.

Então, temos que ter essa atenção porque isso de fato cria um problema, não somente para nós como também para os empreendedores, aqueles que querem vir para o Brasil ou mesmo nós, brasileiros. Temos o exemplo de Araquari. Isso de fato é muito preocupante numa área que me parece que tem o mínimo de indígenas, deputado Nilson Gonçalves. E v.exa. deu uma explanação do seu trabalho, juntamente com o padre Luiz Facchini, que acabou resultando no final negativamente. Mas não faltou empenho.

Para concluir, quero dizer que são temas aos quais não podemos ficar alheios, temos que dar a nossa contribuição para o bem de todos, sem comprometer aqueles que têm o seu espaço para continuar na sua atividade que é primitiva, que é o caso do índio, não adentrando naqueles que estão produzindo para todos nós que vivemos no planeta terra.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, como há na pauta de hoje uma série de vetos a serem apreciados, gostaria de pedir aos líderes que acionem os deputados de cada bancada no sentido de estarem presentes no plenário, a fim de deliberarmos, com o quórum qualificado, os vetos que já estão há muito tempo na pauta.

Enquanto esperamos os srs. deputados, vamos suspender a presente sessão retornando exatamente às 16h, na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está reaberta a presente sessão.

Solicito aos srs. parlamentares que se encontram nos gabinetes que desçam ao plenário porque temos vários vetos para deliberar.

Hoje é quarta-feira e seria importante que os srs. parlamentares comparecessem ao plenário.

(Pausa)

Continua aberto o painel. Solicito, então, aos srs. deputados que compareçam ao plenário.

(Pausa)

Srs. deputados, há quórum para deliberar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, alcançamos o quórum

de 21 deputados, mas quero aproveitar este momento descontraído, em que a minha esposa Denise Antunes, de Blumenau, está presente acompanhando-os, para mandar um beijo e um parabéns a ela pelo seu aniversário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Depois de uma declaração de amor desta, esta Presidência, em nome dos outros 38 parlamentares, cumprimenta a sua esposa desejando-lhe saúde e vida longa.

Há quórum para deliberar.

Antes de iniciarmos a deliberação, quero informar aos srs. deputados e sras. deputadas que na reunião da Mesa de hoje, conforme já tínhamos tratado na última reunião também com o deputado Gilmar Knaesel, se decidiu pela manutenção das sessões ordinárias da próxima semana, mesmo com a realização das audiências do Orçamento Regionalizado. E essa decisão foi tomada para as próximas duas rodadas de Orçamento Regionalizado.

Estamos com a agenda da Casa começando a apertar em função do recesso que se iniciará dia 17 de julho, pois temos diversas matérias que precisamos deliberar. Conforme prevê a regulamentação das audiências do Orçamento Regionalizado, teríamos duas semanas sem atividades, mas já que não conseguimos enxugar o calendário, teremos sessões normais.

A regulamentação das audiências públicas do Regionalizado diz que a presença do parlamentar é equivalente a sua presença em plenário. Portanto, não haverá nenhum problema com a frequência daqueles que participarem das audiências do Regionalizado, deputada Ana Paula Lima, e não estiverem aqui.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero apenas registrar a presença do prefeito de Palmitos, do vereador Solmar e da vereadora Márcia, enfim, de toda a delegação de lideranças daquele município, que vieram tratar da reativação da Udesc.

Gostaria de agradecer suas presenças no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado Maurício Eskudlark, v.exa., a deputada Luciane Carminatti, os deputados Reno Caramori e Marcos Vieira, além de outros, não puderam participar, mas o importante foi o encaminhamento que fizemos com as lideranças de Palmitos para a realização de uma audiência pública conjunta das comissões de Educação, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público em função da situação em que se encontra a Udesc deste município. Especialmente pela justificativa que foi dada pelo vice-reitor, a representação do município de Palmitos entendeu necessária a realização dessa audiência pública. E a deputada Luciane Carminatti, juntamente com as demais comissões, conforme foi deliberado lá, deverá agendar essa audiência pública ainda para este mês de junho.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, a respeito das reuniões do Orçamento Regionalizado, bandeira importante que Santa Catarina conquistou, gostaria de fazer a seguinte consideração, até como um deputado

que tem participado ativamente das reuniões do Orçamento Regionalizado e também das sessões.

O encaminhamento de realizar reunião do Orçamento Regionalizado simultaneamente com as sessões da Assembleia Legislativa é, no meu entendimento, o fim do Orçamento Regionalizado, pelos menos com força política de Orçamento Regionalizado.

V.Exa. falou que a presença é considerada. Ora, para efeito de presença, para efeito até de nos justificarmos, está perfeito. Mas o fato não é apenas considerar a presença, é estar presente. Assim, teremos que fazer uma opção entre duas atividades importantes e fundamentais.

Portanto, se a decisão for realizar sessão, o calendário do Orçamento Regionalizado, no mínimo, tem que ser revisto. Até porque há um dispositivo regimental impedindo audiências públicas durante o andamento da sessão ordinária, principalmente da Ordem do Dia.

Então, no meu entendimento, talvez seja o sepultamento do Orçamento Regionalizado que a duras penas vinha-se tentando manter.

Quero dizer que não sou contra a realização das sessões, pelo contrário, particularmente sou assíduo aqui, mas esse encaminhamento, no mínimo, sugere a suspensão do calendário de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira das sessões. E para pensar outro calendário me parece que ficou inviável com esse encaminhamento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu apenas pediria a v.exa. que esclarecesse sobre a questão do funcionamento das comissões permanentes. Se o horário das comissões permanece inalterado conforme acontece numa semana normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, concordando com o encaminhamento do deputado Neodi Saretta, quero dizer que vai ser complicado, pois na semana que vem faremos as reuniões no vale do Itajaí. Entre estar no vale do Itajaí, eu que sou uma deputada assídua nesta Casa, e estar neste plenário, onde faço parte da comissão de Constituição e Justiça e outras comissões desta Casa, vou-me sentir prejudicada. Eu vou priorizar, assim como todos os parlamentares, o plenário onde vão ser deliberados alguns projetos.

Sugiro, sr. presidente, que façamos o Orçamento Regionalizado na segunda, na quinta e na sexta-feira para não prejudicar nem o Regionalizado e nem o plenário. Vai ficar muito complicado estar lá e aqui, pois teremos grandes decisões na semana que vem e nós todos gostaríamos de estar presentes, mesmo com a ausência de alguns parlamentares, no Orçamento Regionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, essa deliberação foi tomada pela Mesa por solicitação de diversos srs. deputados, até por conta do que ocorreu com relação às frequências nas audiências do Regionalizado.

A imprensa tem-nos feito cobranças, com razão, em relação a essa matéria. E as queixas de vários parlamentares sobre a falta de agenda para cumprirmos com os trabalhos aqui são muitas. Nós não venceríamos a agenda da Assembleia se mantivéssemos a suspensão da sessão durante quatro semanas. Honestamente não há como justificar isso. Temos um calendário para cumprir. Fizemos um apelo para que se revise o volume de 34 audiências do Regionalizado. Já tivemos duas semanas sem atividades. Esse assunto já foi muito discutido nos últimos dias e essa foi a visão da Mesa no dia de hoje.

Não há como justificar ficarmos mais duas semanas sem atividades aqui no plenário. Não teremos como deliberar todas as matérias. E é mais difícil ainda quando você não encontra na atividade no interior a frequência que deveria ter. Essa é a realidade. Precisamos ter coragem de discutir essas questões e de encaminhar de forma a não comprometer o calendário da Assembleia Legislativa. Temos matérias extremamente importantes para deliberar até o início do recesso de julho, que não vamos conseguir apreciar se mantivermos um calendário que suspenda as sessões por quatro semanas. Seria um mês sem atividade aqui na Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, então, proponho que na semana que vem, já que me parece que é fato consumado, que a Mesa já decidiu, nas sessões ordinárias, projetos de autoria de deputados que eventualmente estejam no Orçamento Regionalizado sejam tirados da pauta, porque não seria justo votar um projeto e o autor não estar aqui na sessão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero concordar integralmente sobre a presença. É bem verdade que não houve grande presença nas reuniões, porque se priorizou os deputados da região. Mas já que v.exa. se propôs a discutir, vou além nessa discussão.

Vamos discutir a presença também aqui, porque não tem sido boa. Temos sessões com votações importantes e é difícil termos quórum. A questão não é apenas o local, acho isso importante.

A questão principal que levantei não é nem não haver sessão. V.Exa. entendeu que tem que ter sessão, nós estaremos presentes. Agora, a questão é que não podemos ter duas atividades simultâneas, então, teríamos que suspender as reuniões orçamentárias. Nas segundas não coincidem, não tem problema, mas as de terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado, estamos no horário da Ordem do Dia e quero priorizá-la enquanto tivermos quórum. Depois, se v.exa. quiser continuar o debate sobre a questão, poderá. Esse assunto foi discutido há duas semanas.

Desculpe-me, não quero ser deselegante com v.exa., porque não merece isso, mas estamos tratando de uma deliberação da Mesa no dia de hoje.

Acho que v.exa. traz uma contribuição que a comissão deve avaliar: Manter segundas, quintas à tarde e sextas. Acho que essa decisão é acertada, porque ficamos quatro semanas sem sessões na Assembleia, eu,

como presidente, não terei condições de defender, deputado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, considero que a votação sobre a matéria de hoje é importante, mas também é importante que a sociedade saiba que a Assembleia tem uma agenda, o plenário tem a sua, nós temos as comissões Permanentes e, naturalmente, ouvir a sociedade nessas 34 cidades regionais, ouvir as indicações para o Orçamento é muito importante.

Agora, com a sugestão que os deputados deram, nota-se que todos estão preocupados com a nossa agenda daqui e também querendo participar das audiências fora da Assembleia.

Por isso, defendo a ideia de fazermos na segunda, na quinta, na sexta e que na terça e na quarta tenhamos sessão aqui. E que sejam suspensas as audiências do Orçamento quando houver sessão aqui. Assim, atende as duas necessidades.

Essa é minha opinião.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu acho que o v.exa. foi deselegante com o deputado Neodi Saretta. A Mesa tomou uma decisão sem ouvir as lideranças desta Casa.

Há muito tempo, desde o começo do ano, não houve reunião do colégio de líderes, sr. presidente. E nós precisamos ser ouvidos, porque, aqui, temos bancadas representativas.

Se v.exa. observar o plenário, o lado de cá, que é Oposição, está cheio e presente, o lado de lá está quase vazio.

Então, sr. presidente, quero que v.exa. faça a reunião de líderes e consulte os líderes desta Casa. Nós estamos esperando há muito tempo.

Quando foi decidida a realização de 32 reuniões para o Orçamento Regionalizado, eu fui a primeira a conversar com v.exa. e dizer o seguinte: É muito, sr. presidente! Isso nós temos que reduzir e podemos reduzir bastante. E passou o tempo.

Agora, em cima da hora, uma semana antes, dizer isso? Uma semana não, v.exa. está avisando hoje. As lideranças não foram ouvidas.

A preocupação do deputado Neodi Saretta, a minha e de outros deputados, é que se as comissões vão funcionar também, nós vamos priorizar o plenário e não haverá deputados na reunião regionalizada, descaracterizando também um projeto tão importante, porque agora, como v.exa. defende, ele tem que ser impositivo.

Essa é nossa defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, concordo com v.exa. que não foram consultados os líderes. Essa decisão está sendo tratada na Mesa há duas semanas. Mas, também, v.exa. há de reconhecer que com a frequência de meia dúzia de deputados por reunião do Regionalizado, com duas semanas sem atividades aqui, fica difícil defender essas questões. Fica difícil. Honestamente, tenho sido cobrado como dirigente da Casa e não tenho mais como argumentar. Pode-se ter errado por não consultar os líderes, mas estou absolutamente convencido de que é responsável essa decisão.

Com relação à consequência do Regionalizado, vamos ser honestos, em quase

20 anos que já vem sendo feito, ela nunca aconteceu. Eu critico esse processo há muito tempo. E não foi o governador A, B ou C não, foram todos. E enquanto não forem impositivos, vai continuar não acontecendo. Enquanto não forem impositivos, estou convencido de que vai continuar não acontecendo. Vai lá, reúne, debate, gera expectativa e depois vem a frustração. Essa tem sido a regra.

Por isso, defendo que esta Casa chegou ao momento crucial: ou tornamos as audiências do Regionalizado e aquele pedaço do orçamento que foi reservado para o Regionalizado em impositivo, ou vamos ter a coragem de tirar esse assunto da nossa Constituição. Porque dizer que aconteceu até hoje, não é verdade. Aliás, essa é a queixa de todos nós.

Assim, defendo que ele seja impositivo. Por isso, faço essa defesa. Quando terminar a Ordem do Dia, voltarei a conversar com o deputado Gilmar Knaesel, presidente da comissão, porque acho que essa sugestão do deputado Neodi Saretta poderia conciliar e não prejudicar.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/12, de autoria do deputado José Nei Ascari, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Já com a concordância do líder temporário do governo nesta sessão de hoje, peço a retirada desta mensagem de veto da Ordem do Dia, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito! Está atendido.

Retirada de pauta a Mensagem n. 0778/2013.

A deputada Ana Paula Lima solicita que seja retirada de pauta a Mensagem n. 0789/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0790/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0101/12, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre isenção de pagamento de taxas na inscrição de concursos públicos e em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições estaduais de ensino superior, nos casos que especifica e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apesar de ter mérito, vou apresentar uma indicação propondo essa providência ao Poder Executivo, porque o meu projeto tem mérito, mas carece de fundamentação legal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de dar minha opinião acerca desse projeto, porque tive uma matéria muito parecida com a sua há alguns anos que também teve o mesmo destino.

Espero que a indicação, que é objeto de trabalho nosso, seja levada a sério, pois quando chega ao seu destino, normalmente vai para o fundo da gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA votou

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO votou

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou

DEPUTADO JAILSON LIMA votou

DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou

DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA votou

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES votou

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO RENO CARAMORI votou

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SANDRO SILVA votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO SILVIO DREVECK votou

DEPUTADO VALMIR COMIN votou

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Votaram 22 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e quatro votos

"não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00791/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0388/12, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de estado para o exercício de 2013, em conformidade com o disposto nos arts. 28, § 2º da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - A minha recomendação é pela manutenção do veto, porque o projeto não demonstra a estimativa de impacto financeiro. E é temerário este reajuste porque poderá ter como consequência o reajuste de salários de altos cargos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", mantêm o veto e os deputados que votarem "não", rejeitam o veto.

A votação será por processo eletrônico.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA votou

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT votou

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO votou

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou

DEPUTADO JAILSON LIMA votou

DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou

DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA votou

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA votou

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou

DEPUTADO RENO CARAMORI votou

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SANDRO SILVA votou

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou

DEPUTADO SILVIO DREVECK votou

DEPUTADO VALMIR COMIN votou

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim", 1 voto "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00792/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0171/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que acrescenta item à Seção II - Lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei n. 10.297, de 1986, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente a pedido do deputado Moacir Sopelsa, autor do projeto, solicito a retirada da mensagem de veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Aproveito para solicitar a retirada da pauta da mensagem seguinte, sr. presidente, a pedido do autor do projeto, deputado Carlos Chiodini, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A Mensagem n. 00821/2013?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00822/2013...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E as Mensagens n.s. 00822/2013, 00837/2013 e 00853/2013, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Estão retiradas da pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00823/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, conseguimos aprovar uma lei no ano passado visando padronizar as lombadas eletrônicas nas rodovias estaduais, pois vários municípios já fizeram isso. Ou seja, várias câmaras municipais, de várias cidades, já fizeram isso e cito como exemplo a cidade de Blumenau.

Quando os deputados Ismael dos Santos e Jean Kuhlmann, à época, eram vereadores, a velocidade das lombadas ficou estabelecida em 50km/h. Todo mundo sabe disso.

Então, não se trata de um caça-níquel, pois todos sabem a velocidade exata; não provoca congestionamento, porque não é preciso reduzir a velocidade de 60km/h para 20km/h, e mantém uma velocidade padrão na cidade, o que humaniza e deixa de ser um caça-níquel.

Então, a nossa ideia era fazer isso no estado de Santa Catarina inteiro. Inclusive essa lei foi aprovada, mas por sugestão de algum técnico lá do Palácio do Governo, não sei de qual escalão, talvez do oitavo, foi vetada.

Dessa forma, estamos argumentando e pedindo o voto "não", ou seja, a rejeição do veto, porque achamos que esse assunto deve ser discutido padronizando a velocidade das lombadas eletrônicas para evitar maiores congestionamentos, acidentes e para que as

lombadas eletrônicas não virem mais um caça-níquel para penalizar novamente os usuários das nossas péssimas rodovias.

Por isso pedimos pela derrubada do veto, voto dois.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, realmente o deputado Sargento Amauri Soares citou um bom exemplo da cidade de Blumenau, mas gostaria de dizer que o vereador, à época, era Erlédio Pering e o prefeito, Décio Lima.

Então, a exemplo de Blumenau, o estado de Santa Catarina todo pode ser padronizado, sim, sem reduzir, de perímetro em perímetro, a velocidade. Trata-se de um bom exemplo!

Oriento a bancada pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Da mesma forma, gostaria de pedir vênua ao nosso vice-líder do governo, e dizer que se trata de uma matéria extremamente importante, pois todas as cidades têm, com certeza, o mesmo problema, porque as velocidades são diferentes e os motoristas ficam sujeitos a penalidades por uma questão de sinalização precária. A regulamentação dessa matéria é importante.

Gostaria apenas de sugerir, tendo em vista a falta de quórum, o adiamento dessa votação. Mas quero solidarizar-me. A iniciativa é louvável e a burocracia não pode estar acima dos interesses públicos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o deputado Sargento Amauri Soares e dizer que, de fato, apenas corrigindo a deputada Ana Paula Lima, este deputado era vereador, à época, em Blumenau, mas o referido projeto é de autoria do vereador Erlédio Pering, fizemos apenas uma emenda ao projeto.

Mas gostaria de sugerir ao deputado Sargento Amauri Soares que acrescente ao projeto a sinalização junto às lombadas eletrônicas, porque quando o motorista se aproxima da lombada eletrônica não sabe exatamente onde ela está localizada. Quer dizer, 30, 40, 50, 100m antes da lombada há sinalização, mas junto à lombada, não, gerando congestionamento, porque a pessoa não sabe exatamente qual é a velocidade máxima permitida.

Então, além de padronizar, que seja sinalizada, junto à lombada eletrônica, a velocidade.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente deputado Joares Ponticelli, também iria sugerir ao deputado Sargento Amauri Soares que retirasse essa mensagem de pauta e que aqui no plenário designasse à procuradoria jurídica da Casa a discussão dos projetos, porque estamos vendo muitos absurdos nos vetos.

Pedi que fosse rejeitado o veto ao meu projeto, aprovado aqui. Um cidadão cego me pediu, por uma questão de constrangimento, para tirar foto para carteira de motorista sem óculos, porque ele não tem o globo ocular, e um procurador jurídico vetou. Não há custo nenhum para o estado, sendo que vários, inclusive, já regularizaram a questão da uniformidade da velocidade, mas aqui aparece um cidadão, que se diz procurador do estado, sem a menor sapiência para discutir isso, e diz que não pode.

Sugiro que nesse tipo de projeto ajudemos o governo, e que o procurador do governo possa, quem sabe, estudar um pouquinho mais e colocar a razão acima da burocracia. Não dá mais para assistirmos vetos, a exemplo do projeto do deputado José Nei Ascarí, num momento em que o país inteiro prioriza o deficiente e o idoso e aqui dizem que não dá.

Deputado Sargento Amauri Soares, vou solicitar que v.exa. retire a matéria e que o nosso procurador acompanhe até lá para que esse procurador do estado mostre o diploma e diga o que está fazendo lá, porque não dá mais tanto veto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jailson Lima, como a matéria está apenas em discussão, não entrou em votação ainda e dois parlamentares solicitaram a sua retirada, eu questiono o autor se quer fazer a retirada, porque ainda temos condições de fazê-la, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, agradecendo a participação de todos os colegas nesse debate importante, quero formalizar o pedido de retirada na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirada de pauta a mensagem.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00852/2013, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0218/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o projeto tem mérito, mas cria atribuições para o Poder Executivo. Portanto, é inconstitucional.

Encaminho pela manutenção do veto. Sr. presidente, voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Aprovado.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH			Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto de municípios compostos por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI			Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou	Em discussão. (Pausa)	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.
DEPUTADO GELSON MERISIO			Em discussão.
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	(Pausa)
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou	Em votação.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	Em votação.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou	Aprovado.	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0150/2013, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Piratuba e Ipira, em Piratuba.	Aprovado
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA			Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0328/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amor e Ação, do município de Içara.	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI			Em discussão.
DEPUTADO KENNEDY NUNES			(Pausa)
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI			Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO MANOEL MOTA			Em votação.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA			Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou	Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Aprovado
DEPUTADO MAURO DE NADAL			Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Mariane e Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA			Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO			Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou	Em discussão. (Pausa)	Em discussão.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	(Pausa)
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou	Em discussão.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou	Em votação.	Em votação.
DEPUTADO ROMILDO TITON			Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou	Aprovado.	Aprovado
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0256/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amor e Ação, do município de Içara.	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que denomina a Rodovia SC-495 - Trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou	Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Mariane e Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul.	Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou	Em discussão.	Em discussão.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI			(Pausa)
		Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
		Em discussão.	Em votação.
		(Pausa)	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	Aprovado
		Em votação.	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que denomina a Rodovia SC-495 - Trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.
		Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	Ao presente projeto foi apresentada Emenda Aditiva.
		Aprovado.	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.
		Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Mariane e Jardim Marias, com sede no município de São Bento do Sul.	Em discussão.
		Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.	(Pausa)
		Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
		Em discussão.	Em votação.
		(Pausa)	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	Aprovado
		Em votação.	Sr. deputados, o Projeto de Lei n. 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, já está tramitando há algum tempo, e vamos ter na próxima quinta-feira a abertura da feira, que é a maior feira de gado Jersey do mundo, lá em Braço do Norte.
		Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	Há uma expectativa dos criadores de que possamos levar essa lei por ocasião da abertura da feira.
		Aprovado.	Se v.exas. concordarem, encerrarei a presente sessão e convocarei outra para votarmos em segundo turno e a redação final apenas desta matéria para podermos remeter o autógrafo ainda hoje ao governador e fazermos a entrega na próxima quinta-feira.
		Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0016/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Campanha de Combate à Pedofilia no estado de Santa Catarina.	(As lideranças acquiescem.)
		Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.	Há concordância?
		Em discussão.	Sendo assim, encerramos a presente sessão e convocamos outra para as 16h05.
		(Pausa)	Está encerrada a sessão.
		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	
		Em votação.	
		Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	
		Aprovado.	
		Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0106/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública o Instituto Rapha-El, do município de Criciúma.	
		Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.	

ATA DA 014ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia. Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto de municípios compostos por Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e São Ludgero.

Ao projeto foi acrescentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de

Agricultura e Política Rural; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Conforme combinamos, encerro a presente sessão, convocando outra para as 16h51.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0332, 0333, 0334 e 0335/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0336/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0337 e 0338/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e 0339/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência também comunica que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s 0583/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0584/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0585/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0586/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0587/2013, de

autoria do deputado Dirceu Dresch; 0588, 0589, 0590, 0591, 0592, 0593, 0594, 0595, 0596, 0597, 0598, 0599, 0600, 0601, 0602, 0603, 0604/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0044/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviada à presidenta da República, ao governador do estado, ao ministro do Turismo e ao secretário nacional do Turismo, manifestando congratulações pela exitosa conquista e pelo empenho dos recursos federais e estaduais destinados à construção do Centro de Eventos no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas para agradecer a presença e dar boas-vindas à vereadora do Partido dos Trabalhadores, do município de Palmitos, sra. Loreci Pfeifer.

Seja bem-vinda ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Esta Presidência também agradece a visita da ilustre autoridade destacada por v.exa.

Esta Presidência recebeu Ofício n. 0311, com a solicitação do deputado José Milton Scheffer e demais líderes, com base no Ato da Mesa n. 0227/2011, da suspensão da sessão ordinária do dia cinco de junho de

2013, pelo tempo de dez minutos, para que o sr. Tadeu Santos possa discorrer, na tribuna, sobre a Abordagem dos Potenciais Ecoturísticos de Araranguá e região. O evento sobre exposição de fotos será entre os dias primeiro a 15 de junho, no hall desta Casa Legislativa.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu fiz questão de insistir, porque acabei perdendo o horário do partido e precisava discorrer aqui sobre um tema que considero extremamente importante.

(Passa a ler.)

"Refiro-me às obras do Pacto por Santa Catarina em curso pelo governador Raimundo Colombo que haverá de mudar a face do estado de Santa Catarina.

Estão sendo ultimados os contratos de financiamento com o governo federal e com outros agentes financeiros capazes de permitir o lançamento de editais de licitação e correspondentes ordem de serviço para a execução das obras estruturais capazes de assegurar o desenvolvimento econômico e sustentável do nosso estado. No entanto, sr. presidente e srs. deputados, tenho acompanhado de perto o formato dessas iniciativas, em especial aquelas ao encargo da secretaria de Infraestrutura, sob a batuta do ilustre secretário deputado Valdir Cobalchini.

A minha especial referência diz respeito à formal participação de consórcios de empresas no concurso dos editais, instituto este amplamente coberto por legislação federal e estadual.

Entendo que um consórcio é a soma de capitais e competências, de sorte a permitir que empresas de menor porte, em conjunto, possam concorrer a obras de maior porte. É evidente que assim participando cada uma poderá ampliar a competência técnica de seus acervos profissionais, tanto empresarial como individualmente.

Para exemplificar, recentemente o departamento estadual de Infraestrutura lançou as concorrências para os editais n. 047/13, 048/13, 049/13 e 050/13, que tratam de serviços rodoviários que envolvem terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte, sinalização e obras complementares de meio ambiente, respectivamente nas rodovias SC-427 (Ituporanga x acesso a Imbuia), SC-477/422 (Moema x acesso à Volta Grande), SC-477/112 (Moema x Dr. Pedrinho) e SC-453 (Tangará x Luzerna).

Essas obras, srs. deputados, somam recurso da ordem de R\$ 273 milhões, de um mínimo de R\$ 27 milhões a um máximo de R\$ 87 milhões. São valores significativos e, como mencionam os próprios editais, tratam de diversos serviços de engenharia, repito, desde terraplenagem até cobertura asfáltica.

O concurso das empresas, em particular, as de Santa Catarina, também em consórcio, devem ser, por esses editais, estimuladas a enfrentarem esses desafios, permitindo a participação de profissionais, de materiais, de capital catarinense. Não estamos aqui limitando qualquer participação de empresas de outros estados, mas ao permitir o consórcio nossas pequenas e médias empresas, em conjunto, tornam-se tão grandes e fortes como virtuais competidores de nossos estados irmãos.

Assim, para concluir, faço registro para que ele tenha o devido endereço ao ilustre deputado Valdir Cobalchini, que por certo determinará que aquelas obras aqui mencionadas, como as do Pacto por Santa Catarina, o instituto do Consórcio será formalmente contemplado nos editais, permitindo o engrandecimento da engenharia catarinense, que mais ainda vezes ocorrem por terceirização, acabando por existir o consórcio por decisão e condições impostas pela empresa vencedora e não pelo estímulo de engrandecimento da engenharia de Santa Catarina."

Sr. presidente, srs. deputados, é evidente que a legislação, a Constituição Federal estabelece direito e igualdade para todos. Você não pode cercar a participação de quem quer que seja numa concorrência, quer estadual, nacional, municipal ou até internacionalmente falando. Mas os editais lançados pelo Deinfra descartam a total participação dos consórcios. Isso não está expresso, mas em momento algum ele dá o indicativo ou sinaliza qual o caminho a ser seguido, que os consórcios através das pequenas empresas catarinenses, cada uma nas suas peculiaridades, suas especialidades técnicas, possam exercer a condição de poder se projetar e competir com igualdade e condições a empresas de grande monte.

Por isso, vejo com muita expectativa e tenho a certeza e a convicção de que não diferente é a intenção e a sensibilidade do secretário Valdir Cobalchini e muito mais do próprio sr. governador Raimundo Colombo, pois estamos falando em grandes investimentos.

Nós estamos falando de um PAC de mais de R\$ 9 bilhões. E as referências

que fiz aqui são de alguns editais, mas estamos fazendo uma monta de várias obras, em várias vigas mestras deste estado, já entrando na segurança, saúde, infraestrutura e ação social.

Por essa razão achei por bem e necessário fazer esse pronunciamento, chamando a atenção do governo sobre as empresas e que a grande maioria delas são empresas de caráter extremamente idôneo, de competência extrema e qualificada e que podem muito bem competir nessa condição, desde que o Deinfra permita, através de seu edital, a participação dos consórcios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Também agradecemos à nossa assessoria da Mesa Diretora, que com muito esmero e carinho trabalhou no dia de hoje, ao pessoal do plenário da Casa, aos funcionários, ao pessoal da Polícia Militar, da TVAL, aos amigos da imprensa, enfim, a todos que colaboraram para que tivéssemos e levássemos a bom termo esta sessão.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 019-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Narcizo Parisotto, por um período de dez dias, a contar de 17 de junho do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de junho de 2013

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 413, de 19 de junho de 2013

Dá nova redação ao Art. 26 do Ato de Mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC.

RESOLVE:

Art. 1º O art. 26 do Ato da Mesa nº 239, de 27 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.....

III - os veículos de servidores efetivos, comissionados, efetivos à disposição da **ALESC** e militares deverão ser cadastrados junto à Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, que emitirá selo padrão de identificação em coloração representativa do respectivo turno de trabalho, para ser afixado em local visível, na face interna do parabrisa, sendo:

- Amarelo, para o turno matutino, das 7h às 13h;
- Verde, para o turno vespertino, das 13h às 19h;
- Azul, para turno integral; e

IV - cada servidor credenciará apenas um veículo, recebendo selo apropriado, que não poderá ser repassado sob pena de sanção disciplinar".

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 414, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, **RESOLVE:**

INCLUIR no Ato da Mesa nº 228, de 21 de junho de 2011, as servidoras **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141 e **MARIA NAGIBA ZATTAR**, matrícula nº 4990, a contar de 1º de junho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 415, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2013 (Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 416, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1104/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **LUCIANE DALLA BARBA CADOR ZAGUINI**, matrícula nº 1387, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 90% (noventa por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 417, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1135/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **MARCIO MORAES COSTA**, matrícula nº 635, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, e das funções de confiança, códigos PL/CAS-2, PL/CAS-3 e PL/CAT correlacionadas com as funções de confiança nível PL/FC-3, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos pela Resolução nº 756, de 22/5/1989, totalizando 90% (noventa por cento), com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 418, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1031/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **FABIO SOUSA QUEIROZ**, matrícula nº 6304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2, do grupo de atividades de função de confiança, com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 419, de 19 de junho de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0580/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ELIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 1491, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, correlacionado com as funções de confiança códigos PL/CAS-2 e PL/CAI, mantendo o percentual concedido pela Resolução nº 965, de 9/5/1991, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar da data de publicação do Ato.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 420, de 19 de junho de 2013

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0925.0229.1155		
Elemento/Fonte	449052 - 261	R\$	50.000,00
Sub-total		R\$	50.000,00
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	339015 - 100	R\$	100.000,00
Sub-total		R\$	100.000,00
Total		R\$	150.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado nas atividades abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade	01.031.0925.0229.1155		
Elemento/Fonte	339031 - 261	R\$	50.000,00
Sub-total		R\$	50.000,00
Atividade	01.122.0920.0704.1138		
Elemento/Fonte	339005 - 100	R\$	100.000,00
Sub-total		R\$	100.000,00
Total		R\$	150.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 11 DE JUNHO DE 2013.

Às nove horas do dia onze de junho do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Dirceu Dresch, Aldo Schneider, Silvio Dreveck, Darci de Matos representando Jean Kuhlmann e Dóia Guglielmi representando Serafim Venzon. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação as atas da 10ª e da 11ª reuniões ordinárias, sendo aprovadas por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** representando o Dep. Jean Kuhlmann comunicou que não tinha projetos para relatar. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** comunicou que não tinha projetos para relatar. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0054.4/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0124.1/2012 com voto-vista contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dóia Guglielmi** representando o Dep. Serafim Venzon comunicou que não tinha projetos para relatar. **O Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0125.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0137.6/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0048.6/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0018.6/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0198.8/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0170.7/2011 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0383.7/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0029.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0151.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0082.8/2012 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0017.0/2012 com parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton Ascari. **O Deputado Mauro de Nadal** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 139.8/2013 sem manifestação; ao Projeto de Lei nº 0394.0/2012 favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Projeto de Lei nº 0152.5/2013 favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0130.0/2012 favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 100.4/2013 favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0101.5/2013 favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; relatou o Projeto de Lei nº 0134.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0861/2013 com voto pela admissibilidade da matéria e discussão em Plenário que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0172.9/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0155.8/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0161.6/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0389.2/2012 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº

0166.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0168.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0044.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0156.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0146.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0159.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0559.9/2011 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0558.8/2011 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0128.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 178.4/2013 e o Projeto de Lei nº 0179.5/2013 solicitando a apresentação das Emendas conforme ficou acordado na Reunião Ordinária do dia 4 de junho de 2013. Os Senhores Deputados presentes solicitaram um prazo maior, o qual ficou definido até as 15h deste mesmo dia. O Presidente comunicou que a sessão estava suspensa até as 8h30min do dia 12 de junho de 2013. Às 8h30m do dia 12 de junho de 2013, foi reaberta a sessão. O Presidente comunicou que o Dep. Sandro Silva estava representando o Dep. Narcizo Parisotto e deu a palavra ao **Deputado Silvio Dreveck** que relatou o Projeto de Lei nº 0178.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Aditiva que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0179.5/2013 apresentando parecer favorável à proposição com Emenda Aditiva e Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 2013.
Deputado Mauro de Nadal
Presidente
*** X X X ***

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, de 19 de junho de 2013

Modifica o inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173.

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, à Associação Cultural Cinemateca Catarinense e à Federação Catarinense de Teatro;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de junho de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Romildo Titon - 1º Vice-Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Vice-Presidente
Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário
Deputado Manoel Mota - 3º Secretário
Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 224/13

Ofício nº 040/13 Morro da Fumaça, 12 de junho de 2013
Solicita a alteração da Lei nº 3.161, de 1963, que declara de utilidade pública o **Hospital de Caridade São Roque**, de Morro da Fumaça.
Arcângelo Sartor Vieira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 225/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)** de Presidente Getúlio, referente ao exercício de 2012.

Cosmo Dalpiaz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 226/13

Florianópolis, 10 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Ecochannel**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Joe Smith Döll
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 227/13

Jacinto Machado, 10 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto Machado**, referente ao exercício de 2012.

Ilma Generoso Matias Bernardo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 228/13

Florianópolis, 14 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Contadores de Histórias de Florianópolis**, referente ao exercício de 2012.

Marianinha Bica Piazza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 229/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna**, referente ao exercício de 2012.

Dário Schuelter
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 230/13

Ofício nº 67/2013 São Joaquim, 13 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Joaquim**, referente ao exercício de 2012.

Marilda dos Santos Rodrigues
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 231/13

Ofício nº 041/2013. Rio do Campo, 12 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Campo**, referente ao exercício de 2012.

Darci Weber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 232/13

Ofício nº 039/13 Morro da Fumaça, 12 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital de Caridade São Roque**, referente ao exercício de 2012.

Arcângelo Sartor Vieira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 233/13

Ofício nº 35/2013 Guarujá do Sul SC, 10 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, de Guarujá do Sul, referente ao exercício de 2012.

Vera Lurdes Segat
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 234/13

Ofício: 20130611-01 Barreiros-São José, 11 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Ação Social Paroquial São Judas Tadeu**, de São José, referente ao exercício de 2012.

Pe. Eugenio Kinceski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 235/13

Ofício nº 020/APAE/2013 Nova Trento, 27 de maio de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Trento**, referente ao exercício de 2012.

Moacir E. Battisti Archer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 236/13

Superex 042/2013. Florianópolis, 18 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Mercio Felsky
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 237/13

Ofício n. 014/2013. Xanxerê, 10 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê**, referente ao exercício de 2012.

Rita Mauricea Guazzeli Pezalli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 238/13

Joinville, 12 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Instituição Bethesda**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Valmir Sebastião Bruske
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 239/13

Of. nº. 36.13 Caçador, 11 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos de Surdos (APAS)**, de Caçador referente ao exercício de 2012.

Diva Adami Telk
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 240/13

Ofício nº 045/13 Caçador, 14 de junho de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Amigos da Música (AMIMU)**, Caçador, referente ao exercício de 2012.

Shirley Almeida Cavalheiro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 241/13

Ofício 033/2013 Cunha Porã SC, 03 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação Médico-Assistencial de Cunha Porã**, referente ao exercício de 2012.

Eloi Luiz Albrecht
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 242/13

Ofício nº 018 Brusque, SC 18 de junho de 2011
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional de Brusque (FEBE), referente ao exercício de 2012.

Prof. Gunther Lothar Pertschy
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 243/13

Ofício nº 11/13 Chapecó- SC, 14 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste**, de Chapecó referente ao exercício de 2012.

Deste Processo Consta Anexo Único.
Vincenzo Francesco Mastrogiacomio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 244/13

Ofício nº 08/13 Joinville- SC, 10 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Grupo Escoteiro Ronaldo Dutra**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Rafael Bernardo Silveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 245/13

Ofício nº 07/13 Cerro Negro- SC, 12 de junho de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Casa Familiares Rurais**, de Cerro Negro, referente ao exercício de 2012.

Maria Albertina R. Matos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1578, de 19 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **NELI SANTOS**, matrícula nº 6540, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de junho de 2013 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1579, de 19 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SANDRO LUIS BOTELHO**, matrícula nº 6800, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de junho de 2013 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1580, de 19 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARCOS FARIA FERREIRA**, matrícula nº 1204, na DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação, a partir de 17 de junho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 211.0/13**

Altera dispositivos da Lei nº 14.132, de 10 de outubro de 2007, que dispõe sobre a meia-entrada aos doadores de sangue em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

Art. 1º O art. 1º e o art. 3º da Lei nº 14.132, de 10 de outubro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída meia-entrada, para os doadores regulares de sangue ou medula óssea em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

(...)

Art. 3º Para efeito desta Lei são considerados doadores regulares de sangue ou medula óssea aqueles registrados nos hemocentros, bancos de sangue e/ou entidades responsáveis pelas doações no Estado de Santa Catarina, identificados por documento oficial, expedido pela entidade.

Parágrafo único. As entidades referidas no caput, emitirão carteira de controle de doação de sangue ou medula óssea, comprovando a regularidade das doações”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/13

JUSTIFICATIVA

O objeto do presente projeto já é lei em outros Estados, e tem como finalidade precípua, estimular a doação de medula óssea no Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, pretende-se também, que haja uma regularidade nas doações, criando-se desta forma um hábito na população, para que mais vida sejam salvas, uma vez que a compatibilidade é muito rara e quando não há um doador aparentado (geralmente um irmão ou parente próximo, geralmente dos pais), a solução para o transplante de medula é fazer uma busca nos registros de doadores voluntários, tanto no REDOME (o Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea) como nos do exterior. No Brasil a mistura de raças dificulta a localização de doadores compatíveis.

Segundo o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - Hemosc, Transplante de Medula Óssea é a única esperança de cura para milhares de portadores de leucemia e algumas outras doenças do sangue. Este é um gesto de solidariedade e amor ao próximo. Qualquer pessoa com boa saúde entre 18 e 55 anos poderá doar Medula Óssea. Esta é retirada do interior de ossos da bacia, através de punções e se recompõe em apenas 15 dias, ou através da aférese.

Tudo seria muito simples e fácil, se não fosse o problema da compatibilidade entre as medulas do doador e do receptor. A chance de encontrar uma medula compatível pode chegar a uma em um milhão!

Por isso, são organizados Bancos de Doadores de Medula Óssea, cuja função é cadastrar pessoas dispostas a doar. Quando um paciente necessita de transplante, esse cadastro é consultado. Se for encontrado um doador compatível, ele será convidado a fazer a doação.

Para o doador, a doação será um incomodo passageiro. Para o paciente será a diferença entre a vida e a morte.

Assim sendo, e acreditando que a proposta não necessite de maiores justificativas, espero o apoio dos nobres pares.

Deputado Jailson Lima

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 212.0/2013

Denomina Rodovia José Leopoldo Rieg o trecho da Rodovia SC-420 compreendido entre o município de Guabiruba e o município de Blumenau

Art. 1º Fica denominada Rodovia José Leopoldo Rieg o trecho da Rodovia SC-420 compreendido entre o município de Guabiruba e o município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/13

JUSTIFICATIVA

José Leopoldo Rieg nasceu em 12 de junho de 1960 no município de Brusque, estado de Santa Catarina.

Era empresário e foi vereador do município de Guabiruba nas legislaturas de 1997 a 2000 e 2000 a 2004 tendo sido por 2 (duas) vezes presidente da Câmara Municipal nos anos de 1999-2001 e 2004. Atualmente, ocupava o cargo de presidente do diretório municipal do Partido Progressista (PP), função que, também, teve a oportunidade de ocupar nos anos de 2003, 2005, 2009 e 2011.

Nos últimos anos vinha enfrentando um câncer, submetendo-se à várias cirurgias, estava internado no Hospital São José em São Paulo/SP e faleceu no dia 18 de maio de 2013.

Assim, por entender que o Senhor José Leopoldo Rieg foi uma personalidade de destaque e que contribuiu para o desenvolvimento do município de Guabiruba, tanto economicamente quanto politicamente, proponho o presente projeto de lei como forma de prestar esta justa homenagem pelo Parlamento Catarinense, denominando a Rodovia SC-420 com o seu nome.

Ante o exposto, conto com o rotineiro apoio dos nobres pares, para aprovação do projeto de lei em comento.

Deputado Serafim Venzon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 213/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 885

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 6.463, de 1984, que institui Condecorações e Título Honorífico na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cria o Conselho do Mérito Polícia Militar e estabelece outras providências".

Florianópolis, 13 de junho de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 1201.7/GABS/SSP

Florianópolis, 9 de maio de 2013

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o

Processo PMSC 2006/2013, que capeia o Ofício nº 0314/Cmdo G/13, do Comandante-Geral da Polícia Militar, apresentando proposta de Projeto de Lei que "dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 6.463, de 23 de novembro de 1984, e adota outras providências", visando novas modalidades de condecorações na Corporação Militar de Santa Catarina.

O Comandante-Geral da Corporação justifica o pedido pelas razões exposta a seguir:

1. Diante de novos cenários econômicos e sociais e de novos serviços prestados pela Corporação no campo da polícia ostensiva, alterou-se tão profundamente a dinâmica das relações entre a Polícia Militar, seus parceiros e colaboradores, que as espécies de condecorações atualmente em vigor, já não possibilitam a Corporação distinguir, de maneira mais abrangente e apropriada, autoridades, pessoas e entidades que contribuem para o seu engrandecimento.

2. Hoje, a Lei nº 6.463/84 prevê três tipos de condecorações:

I - mérito por tempo de serviço;

II - mérito intelectual; e

III - excepcional mérito e bravura.

3. A aplicação da norma aludida não permite que acontecimentos extremamente marcantes para a Corporação sejam convenientemente testemunhados pela sociedade e "eternizados" por meio de uma comenda.

4. Nesse sentido, propõe-se a criação de duas outras modalidades de condecorações, que distinguiriam tais acontecimentos: as condecorações *de mérito profissional* e as *comemorativas*.

5. A condecoração de *mérito profissional* seria conferida ao Policial Militar que se distinguisse no desempenho técnico-profissional aferido conforme regulamentação específica; já as condecorações *comemorativas* seriam conferidas a policiais militares, militares estaduais e federais, civis e instituições que se destacassem por realizações em prol da Corporação ou da OPM homenageada, em três situações:

I - em homenagem ao aniversário de criação da OPM;

II - em reconhecimento a atividade realizada pela OPM; ou

III - em reconhecimento a programas existentes na Corporação.

6. As condecorações *comemorativas*, visando homenagear as OPM e entidades que contribuem para o desenvolvimento da Polícia Militar, constituem o preenchimento de um hiato, na medida em que uma instituição militar jamais pode deixar de cultuar as tradições, revestir-se do simbolismo e reconhecer publicamente seus parceiros.

7. Por outro lado, a condecoração de mérito profissional supre uma lacuna existente na Corporação.

8. A Polícia Militar, após mensurar as diversas variáveis que interferem na projeção de uma política de pessoal capaz de alavancar e manter a motivação dos policiais militares em busca de capacitação e melhoria na prestação dos serviços de segurança pública, desenvolveu e adotou programa de valorização e reconhecimento profissional, a que denominou "VALOREM", instituindo premiação aos que obtêm melhores índices de desempenho. Porém, o reconhecimento fica adstrito as normas estatutárias, que agora se mostram desatualizadas para atender essa demanda.

9. A presente proposta não gera, por si só, repercussão financeira. Somente com sua regulamentação haverá nominalmente impacto nas contas públicas. Diz-se "nominalmente" em virtude de os benefícios advindos da adoção das inovações apresentadas, especialmente a melhoria significativa da prestação dos serviços à comunidade, compensarem o eventual custeio gerado.

10. Propõe-se que as despesas decorrentes sejam custeadas pelo Fundo de Melhoria da Polícia Militar, cujo orçamento é administrado pela Corporação.

Diante do exposto, ratifico a Vossa Excelência, como elementos de convicção, o seguinte:

A matéria foi instruída pelos Pareceres nº 19/2013 (fls. 05/09) e 016/PL/2013 (fls. 14/21), emitidos pela Assistência Jurídica do Comando Geral da Polícia Militar e pela Consultoria Jurídica desta Pasta, respectivamente, concluindo que a minuta de Projeto de Lei atendeu a todos os requisitos constitucionais e legais.

A minuta de Projeto de Lei segue por meio eletrônico, no endereço: gemat@scc.sc.gov.br.

Considerando que a proposta e pauta reveste-se da adequada relevância e oportunidade, submeto à consideração de Vossa Excelência os Autos, solicitando a adoção de medidas necessárias à efetivação do pleito.

Respeitosamente,

César Augusto Grubba

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI Nº PL/0213.1/2013

Altera a Lei nº 6.463, de 1984, que institui Condecorações e Título Honorífico na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cria o Conselho do Mérito Polícia Militar e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.463, de 23 de novembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

IV - mérito profissional; e

V - comemorativas.

.....

§ 4º A condecoração de mérito profissional constitui-se da medalha correspondente e será conferida ao Policial Militar que se destacar na execução de suas atividades, de acordo com programa de valorização e reconhecimento profissional estabelecido em regulamento próprio.

§ 5º As condecorações comemorativas consistem em medalhas que serão conferidas a policiais militares, militares estaduais

e federais, civis e instituições, que tenham se destacado por feitos em prol da Corporação ou da Organização Policial Militar (OPM) homenageada e serão criadas em:

- I - homenagem ao aniversário de criação da OPM;
 - II - reconhecimento a atividade realizada pela OPM; e
 - III - reconhecimento a programas existentes na Corporação." (NR)
- Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Fundo de Melhoria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 214/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 886

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências".

Florianópolis, 13 de junho de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 54/13

Florianópolis, 17 de abril de 2013

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a alienar, mediante doação aos municípios, a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente foram transferidos aos respectivos municípios, por intermédio de acordos celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, constantes do Anexo Único, desta Lei.

A presente doação tem por objetivo regularizar a ocupação das unidades escolares pelos respectivos municípios, bem como permitir a utilização das que se encontram desativadas, em outras atividades, com o objetivo de evitar invasões e depredações do patrimônio público, tendo em vista que a grande maioria dos municípios, ainda, não providenciou a transferência de propriedade dos imóveis já autorizados pela Lei estadual nº 11.290, de 28 dezembro de 1999 e suas alterações.

Os municípios disporão do prazo de 4 (quatro) anos para cumprir os objetivos preconizados no inciso I do art. 2º desta Lei.

Expirado o prazo estabelecido sem que o imóvel tenha sido, efetivamente, transferido ao respectivo município, presumi-se-á que o mesmo não tem interesse na sua aquisição, ficando o Estado autorizado a desafetar e alienar, por venda, mediante processo licitatório e demais exigências previstas em lei.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud de Anuniação

Secretário de Estado da Administração

Lido no Expediente

Sessão de 18/06/13

PROJETO DE LEI Nº PL/0214.2/2013

Autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar aos Municípios a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, constantes do Anexo Único desta Lei, cuja execução das atividades de gestão integral e cujo corpo discente tenham sido transferidos aos respectivos Municípios, por intermédio de acordos celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º Cabe aos Municípios beneficiados com a doação:

I - promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade;

II - receber os bens no estado em que se encontram;

III - utilizar os bens doados para o Ensino Fundamental; e

IV - responder pela evicção.

§ 1º Os Municípios terão prazo de 4 (quatro) anos, contados a partir da publicação desta Lei, para cumprir o disposto no inciso I do caput deste artigo.

§ 2º Expirado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo sem que o imóvel tenha sido efetivamente transferido ao respectivo Município, ficará presumido que o mesmo não tem interesse na sua aquisição, ficando o Estado autorizado a desafetar e alienar o imóvel, por venda, mediante processo licitatório e demais exigências previstas em lei.

§ 3º Havendo interesse público, o Estado poderá doar ou ceder os imóveis não escriturados no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, por meio de autorização legislativa específica e demais exigências legais.

Art. 3º Os Municípios donatários não poderão, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação; e

II - hipotecar, alienar, alugar ou ceder, de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, os imóveis.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga aos Municípios o direito de retenção no caso de reversão do bem doado.

Art. 6º As disposições previstas nos arts. 2º e 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos Municípios, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por representante legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIO	UNIDADES ESCOLARES
Abdon Batista	El Barra do Rio Bonito El Linha Busnelo El Serraria Papuam
Abelardo Luz	El 1 de Maio El 25 de Maio El Barro Preto El Canhadão El Coxília Rica El Criciúma El Laminadora El Linha Araçá El Linha Caçarola El Linha Siviero El Mate Leão El N. S. Aparecida El N. S. de Lourdes El Nova Conquista El Papuã El Pe. Ezequiel El Santa Bárbara El Santa Rosa I El Santo Dias El Santo Inácio El São Jorge da Volta Grande El Uvarana ER Passos das Antas
Agrolândia	El Valada dos Tigres
Água Doce	El Lagado Bonito El Rio do Mato El Santa Ana
Águas de Chapecó	El Águas Frias El Cascatinha El Porto Ferreira
Águas Mornas	El Barra do Rio do Cedro El Canto do Rio Gaspar El Queçaba El Rio do Cedro El Rio dos Porcos El Rio Miguel El Rio Salto El Segunda Linha ER Barra do Rio dos Bugres ER Fazenda Sacramento I ER José Loffi ER Santa Isabel

Alfredo Wagner	El Alto Jararaca El Alto Limeira El Alto Rio Engano El Arnópolis El Barro Branco El Barro Preto El Furna do Lessa El Hamburgo El Morro do Maurício El Passo da Limeira El Pedra Branca El Picadas El Rio Adaga El Rio Caeté El Rio Lessa	Apiúna El Águas Frias El Bagaçu El Braço Ribeirão Neisse El Capela São Pedro El Faxinal de Águas Frias El Jundiá Fundos El Morro Grande El Neisse Central El Prof. Estanislau Schmidt El Ribeirão Carvalho El Ribeirão Cipó El Ribeirão São Luiz El Rio Novo El Salão El São Jorge I El São Jorge II ER Subida
Alto Bela Vista	El Linha Araraquara	
Anchieta	El Atílio Garlet El Linha Camargo El Linha Ouro El Pe. Ezequiel Ramim	
Angelina	El Alto Garcia El Alto Mato Grosso El Betânia El Encruzilhada Santa Maria El Estrada Coqueiral El Mato Grosso El Morro Mineiro El Palheiros El Quarta Linha El Quebra Dentes El Rancho de Táboas El Rio do Norte El Rio Engano El Rio Fortuna El Rio Fortuna II El Rio Novo El Rio São João El Rio Schubert El Rio Veado El Rio Verde ER Ivo Reis Montenegro	Araquari El Coqueiros El Elvira C. Pereira El Jacu El Km 17 El Lagoa do Itaum El Máquina El Porto Alto El Rio do Morro ER Amaro Coelho ER Antenor Sprotte ER Emílio Manke Junior ER João Agnelo Vieira
Anita Garibaldi	El Encruzilhada El Marmeleiro El São José El Serraria dos Ganchos	Armazém El Antonio José Correa Sobrinho
Anitápolis	El Barra Gaspar El Barra Itiriba El Maracujá El Povoamento Alto El Povoamento Baixo El Rio Alfa El Rio Branco El Rio da Várzea El Rio do Meio El Rio do Norte El Rio do Sul El Rio dos Pinheiros El Rio Prata El Rio Sede El S. Paulo Pinheiros El Secção B. do Norte El Secção Divisa El Secção Pitinga	Arvoredo El Alto Alegre El Antonio Fracasso El Biásio A. Paludo El Chapada Alta El Duque de Caxias El Leoberto Leal El Lomba Grande El N. Sra. da Saúde El Nereu Ramos El Prof. Luis Sfredo El Santa Bárbara El Santa Catarina ER Santa Terezinha
Antônio Carlos	El Alto Egito El Alto Limeira El Braço do Norte El Cabeceiras Três Rios El Capela Louro El de Guiomar El Egito El Guiomar de Dentro El Louro El Morro da Glória El Rio Farias I El Rio Farias II El Vila Doze de Outubro ER Prof. Vanda Miosck ER Prof. Verônica G. Pauli	Arroio Trinta El Barra do Veloso
		Ascurra El Cabras I
		Aurora El Alto Cobras Sul El Alto Raso Feio El Alto Ribeirão Pacas El Barra do Rio do Sul El Barra Ribeirão Strey El Braço Aurora El Chapada Nova Itália El Coqueiral El Fundos Ribeirão Strey El Nova Itália El Núcleo Fundos Aurora El Raso Feio El Ribeirão Elias El Ribeirão Pacas
		Balneário Barra do Sul El Pinheiros
		Balneário Gaivotas El Anita Garibaldi El Rio Novo El Ponta da Bela El Palmeira
		Bandeirante El Bandeirantes
		Barra Bonita El Água do Araçá El Jorge Lacerda
		Barra Velha El Encruzilhada de Medeiros El Faisqueira El Perfeito Aguiar El Rio Novo El Sertãozinho ER Epifanio M. Ignácio ER Judito B. Aguiar ER Pre. Bernardo Aguiar

Bela Vista do Toldo	<p>El Arroio Fundo El Aurora da Silva Braga El Barreiros El Colônia Ouro Verde El Gralha El Imbuia El José Zaniolo El Lado Sul El Ribeirão Raso El Rio Bonito El Rio D'Areia de Cima</p>	<p>El Adolfo Konder El Afonso Pena El Caixa D' Água El Cerro Branco El Colônia Polidoro El Estação Experimental El Fazenda Campinas El Jorge Lacerca El Linha Laranjeira El Linha São Pascoal El Rio Santana El São Francisco de Salles ER Castelhana</p>
Benedito Novo	<p>El Alto Ribeirão Liberdade El Alto São João I El Baixo Santa Maria El Ribeirão do Campo El Ribeirão dos Russos El Ribeirão Liberdade El Ribeirão Pinheiro El Ribeirão Preto El Ribeirão Prochnow El Rio Ferro El Santa Rosa El Serra São João El Travessão do Tigre</p>	<p>El Anita Garibaldi El La. das Pedras El La. Glória El La. N. S. de Fátima El La. Rosário El La. Salete El La. Santo Antonio El La. São Jorge El La. São José El La. Sertão Alegre El Linha Maracujá</p>
Blumenau	<p>El Braço do Sul El Fortaleza El Itoupava R. Central El Ribeirão Areia El Treze de Maio Alto</p>	<p>El Calmon El Cachoeira I El Getúlio Vargas El Idânia Fernandes El Jangada III El Manoel G. Gonçalves El Margarida Maria Alves El N. Senhora de Lurdes El Pe. Jósimo M. Tavares El Sind. Francisco Mendes</p>
Bocaina do Sul	<p>El Cachoeira El Campinas El Coxilia Rica El Dois Irmãos El Goiabeira El José A. de Liz e Lemos El Mineiros El Monte Alegre El Pessegueiros Velhos El Ponte Alta El Santa Rosa El Serra de Santo Antônio</p>	<p>El Camboriú El Adolfo Ovídio Coppi El Braço El Braço Macacos El Caetés El Caixão de Areia El Cerro El Hercílio Zimmermann El Lageado El Limeira El Macacos El Rodolfo Ramiro Mathias El Santa Luzia GE Prof. Joaquim Magalhães</p>
Bom Jesus	<p>El Formigas El Linha Tiradentes El Passo Ferraz</p>	<p>El Campo Alegre El Avenquinha Santo Antônio El Baterias de Cima El Cãozinho El Cubatão El Postema El Rodeio Grande El Salto El Saltonho ER Antônio D. Correa</p>
Bom Jesus do Oeste	<p>El Lajeado das Flores El Lajeado Santa Catarina El Linha Jundiá El Rainha da Serra El Três Reis El Vista Alegre</p>	<p>El Campo Belo do Sul El 3ª Cia. de Construção El Alto Travessão El Barra do Aterrado Grande El Campina El Espírito Santo El Fazenda São João El Fazenda Socorro El Monte Alegre El Morro do Chapecó El N. S. dos Prazeres El Pinheiro Mercado El Serra João Pucci El Serraria Della Costa El Travessão</p>
Bom Retiro	<p>El Barreiros El Canoas El Cambará El Corote El Negrinha El Rio do Troncho El Rio dos Kuhl El Saltinho</p>	<p>El Campo Erê El Agroisa El Capetinga El Conrado Teski El Fazenda Araçá El Fazenda Primavera El N. S. Aparecida El Santa Terezinha I El Santa Terezinha II El São Roque GE 30 de Outubro</p>
Bombinhas	<p>El Morrinhos ER Vereador Manoel J. Santos</p>	
Botuverá	<p>El Barra da Areia</p>	
Brunópolis	<p>El Barra do Rio Bonito El Fazenda Carazinho El Galegos El Lajeado dos Borbas El Lajeado dos Pereiras El Lajeado dos Pintos El N. S. Aparecida El Rio do Pinto El São João Batista El Vila Weber</p>	

Campos Novos	<p>El Alto Bela Vista El Assentado Vitória El Boa Esperança El Campinas El Cedro Grando El Espigão Branco El Pe. Jósimo Morais Tavares El Salto do Leão El Tupitinga GE André Rebouças GR Marilene Rupp Bagatini</p>	Cerro Negro	<p>El Araçá El Armandio El Barra do Lajeado El Barra do Salto El Bela Vista El Fazenda dos A. Tijolos El Fazenda Santa Cruz El Lajeado Doutel El Linda Vista El N. S. de Jesus El Prática da Agricultura El Rincão dos Tigres El Santa Cruz El Serrinha El Tancredo A. Neves El Tanque El Umbu</p>
Canelinha	<p>ER Cantório F. da Silva ER Cobre ER Fazenda Vitória ER Se. Francisco B. Gallotti</p>	Chapadão do Lageado	El Rio Saltinho
Canoinhas	<p>El Barra Mansa El Boa Vista El Bonetes El Elvira Inês da Silva El Encruzilhada El Erval Bonito El João Wzorek El Lageado El Paciência Neves El Palmital El Parado El Piedade Taunay El Pinheiros El Rio da Areia do Meio El Rio do Pinho El Rio dos Pardos El Salseiro El Santa Bárbara El Santa Haydê El Santa Leocádia El Santo Antônio El Sereia El Serra das Mortes El Valinhos ER Edemita C. Rosa ER São Roque GE Benedito T. da Carvalho GE José Grosskopf</p>	Chapecó	<p>El Campina do Butiá El Guilherme H. dos Santos</p>
Capão Alto	<p>El Cachoeirinha El Chapada 3 Umbus El Laranjeira El Ponte Terezio El Reserva El Santo Antônio El São Sebastião El Valmor Santos</p>	Cocal do Sul	El Linha Rio Ferreira
Capivari de Baixo	<p>ER Prof. Abelardo Souza ER Vitória Marcon</p>	Concórdia	El São Miguel Rancho Grande
Catanduvas	<p>El Jacutinga El Oscar Rodrigues da Nova El Pedra Lisa GE Alfredo Gomes</p>	Cordilheira Alta	<p>El Campina do Gregório ER Antenor Morais</p>
Caxambu do Sul	ER Prof. Julieta Pavan Simões	Coronel Freitas	El Linha Favaretto Extensão
Celso Ramos	<p>El Barriga Verde El Empresa Luersem El Fazenda dos Fagundes El Inácio El Laje do Pedro El Linha Ferreira El Maria Goretti El N. Senhora do Caravaggio El Prof. Velocino F. Figueiró El Rincão do Saturno El São Pedro El Vista Alegre</p>	Coronel Martins	<p>El Assentamento Saudades I El Fazenda Giongo</p>
		Correia Pinto	<p>El Avencal El Barra dos Índios El Coronel Ferraz Gominho El Faxinal do Gado El Três Barras ER. Cel. Fortunato Ferraz Gominho</p>
		Corupá	<p>El Benjamin Taminini El Ribeirão dos Correias El Rio Novo El Weg Florestal ER Francisco Mees ER José Pasqualini</p>
		Criciúma	<p>El Augusto Pavei ER Antônio Minotto ER Cassemiro Stachuski ER Giácomo Búrigo GE Núcleo Hercílio Luz</p>
		Cunha Porã	<p>El Borevi El D. Pedro II El Fernando Ferrari El Linha Cristo Rei El Linha Itaipé El Linha São Domingos El Linha Secchi El Linha Sertão El Secção Glória GE Prof. Nelson Wagner</p>
		Curitibanos	<p>El Bairro da Balança El Cabaçais El Guarda-Mor I El Guarda-Mor II El Indústria J. Pettega El Rio dos Cachorros I El Rio dos Cachorros II El Santa Cruz El Xaxim ER Alice M. de Atayde GE Alírio L. de Almeida GE Rotary</p>
		Descanso	<p>El Jorge Lacerda El Linha Gaúcha El Sede Leste</p>
		Dionísio Cerqueira	<p>El Araras El Campinho El Irineu Bornhauser El Linha Belmont El Linha Tobias El Linha União El Maria Preta El Salto União El Todos os Santos El Vila Mariana</p>

Dona Emma	El Caminho do Morro El Caminho do Posto El Rio Caçador ER Irmã Luiza Venturi
Doutor Pedrinho	El Alto Rio Forçação El Barrado Rio Lima El Coqueiral El Forçação El Noiva Rodeio II El Nova Rodeio I El Ribeirão Rigo El Rio Forçação El Rio Lima
Ermo	El Morro do Soares
Faxinal dos Guedes	El Boa Esperança El Foz do Arroio Grande El Nova Sarandi El Passo do Irani El São José das Tábuas El São Roque El Sede Galdino El Sede Ribeiro El Três Pinheiros El Vila Nova
Florianópolis	El Agenor Manoel Gaia El Praia de Fora
Fraiburgo	El 24 de Junho El Encruzilhada Unida El Liberata El Nossa Senhora Aparecida El Taquaruçu de Cima El Vila Nova GE José de Anchieta
Frei Rogério	El Núcleo Triticolai 14 El Salto Correntes El Sede São José ER Irmã Florentina ER Terezinha Amorim
Galvão	El Alto Rio Martins El Linha Nova El Rio Feliciano El Saudadinha El Serra do Tigre
Garopaba	El Areias de Ambrósio El Areias de Macacu El Canto da Penha El Capão El Cova Triste El Ibiraquera El Morroda Encantada El Prainha do Silveira El Ressacada El Sirió ER P. Antônio J. Botelho ER P. Ary Manoel Santos ER P. Febrônio Oliveira ER P. Norberto J. F. Silva
Garuva	El Encruzo El Luiz Avanci El Palmital El Rio Branco El Três Barras
Gaspar	El Figueira I El Gaspar Grande El Gaspar Mirim El Gaspar Central El Óleo Grande El Pocinho El Ribeirão Saltinho ER Belchior ER Gasparzinho ER Mário Pedemeiras
Governador Celso Ramos	El Calheiros El Costeira El Palmas El Prof. Alaída da Silva Mafra El Silvia de Carvalho ER Prof. Elvira da Silva ER Prof. Miguel Pedro Santos

Grão-Pará	El Alto Rio Cachorinhos El Barra do Rio do Meio El Foz do Rio Pequeno El Linha Antunes Braga
Guabiruba	El Planícia Alta El Pomeriana El Santo Antônio ER Anna Otília Schindwein ER Lajeado Baixo
Guaraciaba	El Barra da Traira El Daltro Filho El Guataparã El Linha Direito El Linha Liso El Linha Olimpio El Linha Welter El Passo dos Surdos El São Luiz Gonzaga El São Vicente ER Caravaggio ER Prof. Candida Rocha
Guarujá do Sul	El Barro Preto El São Francisco
Guatambu	El Vila Nova
Herval d'Oeste	El Barreiros El Bom Jesus El Lamberdor El Linha Pacífico El Linha Pinheiro El Rancho Queimado El Rio Sapato GE Rotary
Ibirama	El Caminho da Estação El Ribeirão Taquaras
Içara	El Lagoa dos Esteves El São Bom Jesus El Serraria El Stanislau Budny El Urussanga Velha I
Ilhota	El Alto Braço Bau El Alto Morro Bau El Barra de Luiz Alves El Barra de Luiz Alves I El Barra Luiz Alves II El Barranco Alto El Boa Vista I El Boa Vista II El Braço do Bau II El Manoel F. Souza El Pocinho ER P. Laudelino J. Novais ER Pedro Teixeira Mello
Imarú	El Águas Mornas El Barreiros El Figueira Grande El Itaguaçu El Itapeva El Ponta da Custódia El Porto Aratingaúba El Praia Vermelha El Prainha El Rio D'Una El São Luiz El Sertão do Cangueri El Tamborete El Várzea do Rio D' Uma Três Cachoeiras El Vila das Rochas ER Antônio Campanema ER Francisco Neves ER Herculano Luiz ER José de Oliveira ER José T. Candemil ER Olímpio Valente ER Patrício João de Oliveira ER Pe. Itamar Costa ER Prof. Larice Caldas ER Prof. Lurdes Silva ER Robélia Barreto GE Carlos Gomes GE Guilhermina Pereira GE José Thomas Ribeiro

Imbituba	El Alto Penha El Arroio El Penha El Sambaqui ER Ugero GE de Pr. Joaquim Ramos
Imbuia	El Alto Garrafão El Alto Rio dos Bugres El Alto Rio Engano El Alto Santa Luiza El Campo das Flores El Garrafão El Samambaia El Valada Progresso El Vista Alegre
Indaial	El Estrada Geral Wamow ER Mulde Baixo
Ipira	El Alto Santana El Alto São Pedro El Boa Esperança El Gramado El Linha dos Pintos El Linha Florestal El Linha Lambedor El Linha Marcola El Linha Oliveira El Linha Penínsul El Linha Pinheiro El Mambuca El Nilo Peçanha El Putinga El São Luiz
Iporã do Oeste	El Aparecida El Cabeceira do Taquarussu El Esperança El Lagoa dos Patos El Macuozinho El Monte Maria El Piraju El Prefeito Alto
Ipuçu	El Bela Vista
Iraceminha	El Planalto Linha Nova Ibarama El Linha Salto Iracema El Linha Lambari El Linha Moroé El Linha Quaraí El Princesa Isabel
Irani	El Asa Branca El Linha Aparecida
Irati	El Vila Flor
Ireneópolis	El Campo do Meio El Colônia Escada El Colônia Santo Antônio El Pedra Branca El S. Sebastião do Bom Retiro El Km 15 El Km 12
Itá	El Alta Borboleta El Barra da Borboleta El Barra da Jacutinga El Lava Pés El Linha Cruzeiro El Linha Fátima El Rio Engano El São Francisco
Itaiópolis	El Baía do Itajaí El Bom Sucesso I El Bom Sucesso II El Contagem Schadeck El Linha São Pedro El Poço Claro III El Rio da Areia El Rio Tigre
Itajaí	El Candida Vargas El Dorval Rodrigues El Luiz Toledo dos Santos El Maria do Carmo Vieira El Martinho Gervásio El Milton Ribeiro da Luz El Pedra de Amolar GE Edy Vieira Rothbarth GE Prefeito Alberto Werner

Itapema	ER M. Glória Veríssimo Farias
Itapiranga	El São Ludgero El Linha Cotovelo El Linha Beleza El Linha Dourado El Linha São Miguel El Linha Chapéu El Santa Fé El Marco Barra Peperi El Linha Coqueiro El Linha Becker El Irmã Tabita
Itapoá	El Alberto Speck El Braço do Norte
Ituporanga	El Alto Águas Negras El Alto Braço Perimbó El Barra Rio dos Bugres El Braço E. Rio Perimbó El Braço Perimbó El Chapadão Rio Novo El Gabiroba El Ilha Grande El Lageado El Rio Bonito El Rio dos Bugres El Rio Novo El Chapadão Três Barras
Jaguaruna	El Arroio Corrente El Arroio da Cruz I El Arroio da Cruz II El Balneário El Costa da Lagoa I El Costa da Lagoa II El Jaboticabeira El Morro Azul El Morro Bonito El Morro da Cruz El Morro Grande de Fora El Riachinho El Riacho El Sanga Grande El Torneiro ER Antonia João Mendes ER Luiza Nicolazi Gomes ER Prof. Carlos Blumemberg ER Prof. Cecília A. Schmitz
Jaraguá do Sul	El Alto Garibaldi El Alto Jaraguá 19 El Estrada Garibaldi El Jaraguá 84 El Max Schubert El Ribeirão Cavallo El Ribeirão Manso El Ribeirão Molha El Ribeirão Rodrigues El Rio da Luz II El Rio da Luz Vitória ER Ricieri Marcatto ER Rio da Luz I
Joaçaba	El Menino Deus ER Anita Lopes Vieira
Joinville	El Dedo Grosso El Estrada Santa Catarina El Evaldo Kohler El Germano Lenschow El Valesca May Engelmann ER Adolpho Bartsch GE Emilio R. Hardt
José Boiteux	El Ribeirão da Anta El Rio Scharlach El Rio Wiegand El Volta Grande
Jupiá	El Linha Ipiranga El Linha Tiribio

Lacerdópolis	<p>El Pato Roxo El São Roque El São Luiz</p>	<p>El Barra Grande El Raulino Lopes El Juvêncio Leal El Alto Rio das Pedras El Alto Vargeado El Corridas El Fazenda Nova El Francelino Manoel Esteveilo El Herculano Franzen El José Avelino Prin El Perau El Policarpo José Leal El Rafael Franzen El Ribeirão dos Ovos El Rio Antinha El Rio das Pedras El Rio do Mich El Rio do Tigre El Rio Janzem El Rio Parada El Vargem dos Bugres El Veado do Vargedo El Vendelino Kraus El Vinte Saltos El Zeno Mayer</p>
Lages	<p>El Barreiros El Bom Jesus El Cadeado El Capão Alto El Chapada El Encruzilhada Vanzan El Gramados El Guarimirim El Índios El Invernada Grande El Jardelina Furtado El Macacos El Ondina Neves Bleyer El Ouro Verde El Passo Fernandes El Pedras Brancas El Porteiros El Raposo I El Rio Cadeado El Rio Vau El Salto do Caveiras El Santa Terezinha El Serraria Segredo El Serraria Versa El Taquari El Tertuliano Varela El Três Árvores El União do Perigo El Volni Vaz Waltrick</p>	<p>El Dona Paula El Dona Lúcia El Concórdia El Ribeirão do Salto El Riachuelo El Ribeirão Cutia</p>
Laguna	<p>El Custódio de Córdova El Francisco Z. Vieira El Indaial El Jovino Salvador Silva El Morro Grande El Nova Fazenda El Ponta das Laranjeiras El Ribeirão Pesc. Brava El Perrixil ER Agrícola I. Guimarães ER Armando Cali Bulos ER Chiquinha Carvalho ER Clito R. Machado ER Comandante Moreira ER Dr. Paulo Cameiro ER Honorata Freitas ER Hortêncio de Souza ER José Souza Guimarães ER Marilza Lory Barros ER Pedro Francisco Silva ER Taquaruçu ER Tomasia M. Fernandes GE Barranceira GE Luiz Pacheco dos Reis</p>	<p>El Alto Canoas El Alto Serafim El Antônio Rengel El Baixo Canoas El Braço Elza El Centro Ribeirão Miguel El Laranjeiras I El Laranjeiras II El Leopoldo Schoepping El P. Arlindo B. Zimmermann El Prof. Rosa Maria Klock El Ribeirão do Bugre El Ribeirão Elza El Vendelino Schweitzer ER Celeste Scola ER Henrique Keunecke</p>
Laurentino	<p>El Alto Fruteira El Baixo Fruteira El Estrada Taió Km 4 El Serra Laurentino</p>	<p>El Alto Santo Antonio El Km 33 El Laurindo D. Veronese El Paol da Pedra</p>
Lauro Müller	<p>El Farroupilha I El Lúcia Chinel dos Santos El Rio do Rastro El Padre Clemente</p>	<p>El Mafra El Amola Flecha El Avencal do Meio El Avencal do Saltinho El Avencal São Sebastião El Bituva Grande El Bituvinha El Butiá do Braz El Butiá dos Tabordas El Butiazinho El Butiazinho de Cima El Colônia Augusta Vitória El Colônia Ruthes El Desvio Gaillet El Estação Tingui El General Osório El Inuiãl El Kimi Nagano El Km 21 El Leonel El Leopoldo Olsen El Núcleo Rio Branco El Portão São Lourenço El Rio Branco II El Rio da Areia El Rio da Areia de Baixo El Rio da Areia de Cima El Rio Preto do Sul El Turvo ER São Lourenço GE Saltinho do Canivete</p>
	<p>El Lontras</p>	
	<p>El Luiz Alves</p>	
	<p>El Macieira</p>	
	<p>El Mafra</p>	

Major Gercino	<p>El Alho El Barra Negra El Campinho El Canta Galo El Diamante El Fazenda Boa Esperança El Fortuna El Morro do Descanso El Negra China El Nova Galícia El Santo Aleixo ER Belmiro Mafra ER João Batista Pierri ER Josefina Boiteux</p>	<p>El Bom Retiro El Espreado I El Ferreira Vianna El Indaiá El Pitanga El Ponta Fina do Sul El Rio Capivara ER Pe. José da Poian ER Prof. Francisco J. Valle ER Prof. Inês S. Lobão</p>
Major Vieira	<p>El Colônia Ruthes El Lageado Liso El Salto Canoinhas El Santo Antônio El São Roque El Serra Preta El Toldo de Cima ER Dráusio Celestino Cunha ER Ma. Carolina Postol Silva</p>	<p>El Picadas Santa Luzia El São Bento Alto El São Bonifácio El Vitor Savi</p>
Massaranduba	<p>El Alto Braço Direito El Alto Luís Alves El Guarani Mirim Fundo El II Braço do Norte El Linha Telegráfica El Massaranduba Baixo El Rio Bonito El Treze de Maio Baixo ER P. M. Machado Kreutzfeld ER Pe. Adolino Guesser ER Prof. Araci Duarte ER Prof. Vidalina Xavier</p>	<p>El Arroio dos Bugres El Ilhota El Laranjeira de Baixo El Ranquinho El Rio Coral El Rio Hipólito de Baixo El Pinheiros ER Celeste Ghizzoni</p>
Meleiro	<p>El Alto Rio Jundiá El Barra do Cedro El Barra do Jundiá El Barra do R. M. A. El Boa Vista El Capitão de Abreu El Forquilha Rocha Machado El Manoel Alves El Pique Rio Cedro El Rio Morto El Tinquieras</p>	<p>El Campo Belo El Rio dos Cavalos El Barra do Goiabal El Serra Grande</p>
Mirim Doce	<p>El Alto Volta Grande El Barra da Paleta El Forquilha El Ribeirão da Caça El Taquaruçu El Volta Grande</p>	<p>El Bela Vista El Cachoeira da Anta Gorda El Campinas da Palmeira El Jardim El N. S. de Fátima El Pinheiro Machado El Santa Terezinha El São Joaquim da Barra El Serra São João</p>
Mondaí	<p>El Pirapocu</p>	<p>El Campinas El Campo da Tigela El Casa da Pedra El Engenho Velho El Galafres El M^a P. Palhano Andrade El Rincão da Cruz El Santo Antonio do Caveiras El Serraria Irmãos Gamborgi</p>
Monte Carlo	<p>El Fazenda Padilhas El Fita Bisol El Fita Weiss El Linha Peroto</p>	<p>El da Fazenda El do Furadinho El do Rincão El do Sertão do Campo El Fazenda Santa Cruz El Maciambu Pequeno El Moretes I El Morro do Gato El Olga Cerino El Sertão do Aririú ER Aririú da Formiga ER Inês Marta da Silva ER Prof. Antonieta S. Souza ER Prof. M^a Luzia de Souza GE Evanda S. J. Machado GE Francisca R. F. Costa GE M^a Terezinha S. Martins GE Prof. Guilherme W. Filho GE Prof. Najla K. Guedert</p>
Monte Castelo	<p>El Aterrado Alto El Estrada Nova El Lageadinho El Rancho Grande El Rio da Serra Km 98</p>	<p>El Palma Sola</p>
Morro da Fumaça	<p>El Linha Cabral El Linha Pagnan El Linha Torrens El Olívio Recco El Victório Sartor</p>	<p>El Palmeira</p>
Morro Grande	<p>El Rio do Meio El Sanga das Pedras El Santa Luzia El Três Barras El Volta Redonda</p>	<p>El São Luiz I</p>
Navegantes	<p>El Prof. Maria Tereza Leal El P. Vergínia Guedes Lemos</p>	<p>El Campinas El Cerro Alto El Lageadinho El Mato Escuro El Paroquial São Judas Tadeu El Passo Socorro Km 60 El Ponte Canoas El Serra do Monte Alegre El Serraria Camessati</p>
Nova Itaberaba	<p>El Barra da Espuma El Lageado Pinheiro El Linha Amizade</p>	

Palmitos	<p>El Barra Grande Divisa El Capela da Gruta El Cascalho El Com. Januário Barbosa El Diamantina El Linha 6 de Setembro El Linha Central El Linha Central II El Linha Lambari El Linha Marcom El Linha Pavão El Linha Techio El Linha Tirelli El Pedro Triches El Ponte de Pedra El Santa Maria Goreti El São Gortado El Três Pinheiros</p>	<p>Porto União</p> <p>El Aquiles Stenghel El Bom Princípio El Despraiado El Fazenda Santa Maria El Jangada do Sul El Maratá El Pintadinho El Pintado El Quaty El Rio Bonito El Rio dos Pardos El Santa Maria El São José do Maratá GE Jardim Bernardo do Campo</p>
Papanduva	<p>El Floresta São João El Arroio Fundo El Emílio Malikoski El Floresta El Iracema El Km 78 El Passo Ruim El Queimados El Rio da Ponte El Rio Guarani El Rio Pratinha El São João do Mirador El São Tomaz ER Francisco Hass ER Ida Ávila Pereira</p>	<p>Pouso Redondo</p> <p>El Alto Rio das Pombas El Alto Rio de Traz El Aterrado Torto I El Barra do Aterrado El Encruzilhada da Erva El Faxinal El Fazenda Viana El Lageado Grande El Pombinhas El Pouso da Caixa El Rio das Pombas El Rio de Traz El São Bernardo El Serra do Aterrado El Paleta</p>
Paraíso	<p>El Entre Risos El Nicanor A. Neves GE Três Passos</p>	<p>Praia Grande</p> <p>El Alto Esperança El Encruzo da Fortaleza El Espigão do Barro El Fundo do Rio do Boi El Morro da Fortaleza El Passo da Cachoeira El Passo Fundo El Pintada El Reduzido Nazario da Rosa El Rio Canoas El Rio do Boi El Roça da Estância El Sanga da Ripa El Três Corações El Três Irmãos I El Três Irmãos II ER Inácio José da Rosa</p>
Passo de Torres	<p>El Arraial El Costa do Rio Mambituba El Curralinhos El Espigão do Piritu</p>	<p>Presidente Getúlio</p> <p>El Caminho Helvécia El Dep. Joaquim Ramos El Franz Schneider El Krauel II El Ribeirão da Onça El Ribeirão Ferra El Ribeirão Uru</p>
Passos Maia	<p>El Bela Planície El Manoel Ozorio Ribas El N. S. Aparecida El N. S. de Lourdes</p>	<p>Presidente Nereu</p> <p>El Alto Barrinha El Antinha El Barra Rio Antinha El Barrinha El Boa Vista El Chapadão Três Ranchos El Fundos Barrinha El Itaqué El Rio Herval El Santa Cecília El Tirivas I El Boa Esperança</p>
Paulo Lopes	<p>El Barrinha El Bom Retiro El Ernestina P. Martins El Morro de Freitas El Sanga ER de Freitas ER Dr. Ivo Silveira ER Prof. Targina B. Costa</p>	<p>Princesa</p> <p>El Sagrada Família El Vista Alta</p>
Pedras Grandes	<p>El Rio Coruja</p>	<p>Orleans</p> <p>El Arroio dos Bugres El Celeste Ghizzoni El Costão do Rio Hipólito El Ilhota El Ranchinho El Rio Carlota El Rio Hipólito Baixo El Rio Laranjeiras Baixo El Rio Pinheiros El Taipa</p>
Penha	<p>El São Nicolau</p>	
Piçarras	<p>El Bela Vista El Lagoa El Medeirinhos El Morro Alto El São Brás ER Monteiro Lobato</p>	
Pinheiro Preto	<p>El Fredolino Rambo El Linha União El São Roque</p>	
Piratuba	<p>El Alto Bonito El Linha Concórdia El Linha São Paulo El Navegantes</p>	
Ponte Alta	<p>El Campina da Pedra El Cerrado El Cerro Verde II El Dom Bosco El Faxinal do Estreito El São Felipe Ferroviário</p>	
Ponte Alta do Norte	<p>El Maria Luiza Goetter</p>	
Ponte Serrada	<p>El Nereu Ramos ER 25 de Maio</p>	
Porto Belo	<p>El Catarina B. Guerreiro El Perequê El Sertão de Santa Luzia El Valongo</p>	

Rancho Queimado	El Invernadinha El Lajeado Invernadinha El Morro Alto El Pinheral El Rio Bonito El Rio do Cocho El Rio do Scharf	Rio Rufino	El Alto da Serra El Fazenda João Arruda El Morro da Cruz El Prof. Urbano Freibergger El Rio Areia El Rio Itoupava El Rio Leste El Rio Tigre El São Judas Tadeu
Rio Campo	El Alto Rio do Campo El Alto Taiozinho El Barra da Anta Branca El Ribeirão Carneiro El Ribeirão da Serra El Rio Azul El Rio da Prata Central El Rio Waldrich El Serra do Mirador El Tamanduá	Rodeio	El Alto São Pedro Novo El Alto São Pedro Velho El Diamante I El Rio Belo El Rio Morto El Rodeio Benedito ER Rodeio Trinta e Dois
Rio das Antas	El Camboinzal El Gramado El Lageadinho El Linha Glória El Linha Wegner El Nova São Paulo El Rio Preto El Saltinho El Salto Rio das Pedras El Santo Antônio El São Pedro	São Miguel da Boa Vista	El José Bonifácio El Trairas
Rio do Oeste	El Alto Sumidor El Canoa Quebrada El Ribeirão Franzoi El Serra do Amuado	Salete	El Barra Grande El Ribeirão Alegre El Ribeirão Cipriano El Ribeirão do Ouro El Ribeirão Platina El Rio Luiz El São Luiz GE Machado de Assis
Rio do Sul	El Ribeirão do Tigre	Saltinho	El Burro Branco El Heitor Vila Lobos El Lageado Grande
Rio dos Cedros	El Alberto Volani El Alto Palmeiras El Alto Rio dos Cedros El Barragem Cedro El Caminho Tirolese El Cedro Central El N. S. do Caravagio El Pedra Preta El Pomeranos S. Antônio El Prof. José Brancher El Rio Bonito El Rio Cunha El Rio Esperança El Rio Herta El Rio Milanes El Rio Simão El São Bernardo ER Maxiilianoengard ER Prefeito Alfredo Berri ER Servino Mengarda	Salto Veloso	El Alto Veloso El Linha Congonhas El Linha Consulta El Linha Mendes El São Vicente
Rio Fortuna	El Espraiado El Rio do Chapéu	Santa Cecília	El Campo do Areião El Carlos Belli El Eurpedes Granemam El Jacob Filho El Major Ulhoa El Nossa Senhora das Graças El Passa Dois El Pe. José de Anchieta El Rio Bonito El Rio das Pedras El Santa Rita de Cassia El Vista Alegre GE N. Senhora Aparecida GE Santo Antônio
Rio Negrinho	El Alto Rio Preto El Colônia Olsen El Queimados El Rio dos Bugres	Santa Helena	El Cantina El Liberdade
		Santa Terezinha	El Bley Pombas El Caneta El Capitão Furtado El Colônia Formoso El Colônia Tunneira El Colorado El Duque de Caxias El Entre Rios El Itaió Grandes El Itaió Sertão El Morro Taió El Rio da Anta El Rio do Ouro El Salto Irapuã El Serraria Parolin El Vila Paraná

Santa Terezinha do Progresso	El Barra do Ronçador El Lajeado Palmeirinhas El Nova Floresta El Rio Mariano	São João do Itaperiú	El Braço da Serraria El Catulino Onofre Rosa El João Januário da Cunha El Loiri Augusto Farias El Ribeirão da Lagoa El Ribeirão do Salto El Santa Luzia ER Mons. Sebastião Zcarzello ER Prof. Maria Gasino Borba
Santo Amaro da Imperatriz	El Braço São João El Cova da Onça El Estrada Velha El Imbiras El José João Ventura El Morro da Taquara El Sertão do Braço El Sertão do Spíndola El Sul do Rio Cubatão El Várzea do Braço ER Irmã Conrada ER José Higino Martins ER Prof. Leocádia Duarte	São João do Oeste	El Linha Medianeira El Linha Itacuruçu El Fortaleza El Linha Jaboticaba ER Jackson de Figueiredo ER Ministro Luis Gallotti
São Bento do Sul	El Campo Lençol ER Aracy Hansen	São João do Sul	El Antônio Scandarola El Forquilha El Glorinha El Leondina M. Antunes El PR Osvaldina S. Ouriques El Sertão do Piritu El Linha Nova I
São Bernardino	El Colônia Sta. Terezinha El São Francisco Assis	São Joaquim	El Alegirim El Arvoredo El Barra do Rio Pelotas El Boa Esperança El Boava El Boqueirão El Cadete El Criuvas El Cruzilhada da Boava El Despraiado El Encruzilhada El Fazenda do Posto El Fundo do Mateus El Fundo dos Carvalhos El José Saturnino de Souza El Luizinho El Marmeleiros El Morros Altos El Palheiros El Pascoal Deretti El Passo Novo El Posto de Fruticultura El Prof. Osunio C. Barbosa El Rincão da Estrela El Rio da Areia El Rios dos Touros El São Domingos El Varginha
São Bonifácio	El Alto Capivari El Barra do Rio Sete El Rio Canudos El Rio Salete El Santa Maria El Santa Maria I El Santo Antônio ER Rio Ponche	São José do Cedro	El Anita Garibaldi El Antônio de Barros El Cecília Meireles El Derrubada Alta El Derrubada Baixa El Esquina Mariflor El Janete Clear El Km 24 El Km 26 El Lajeado Carneiro El Novo Sarandi El Santa Terezinha
São Carlos	El Anguinhas El Facão El Irmão Nereu Maria El Jacutinga El Lajeado Moraes El Linha Coati El Linha Massing El Pratas El São Pedro El Tombos		
São Cristóvão do Sul	El Caçadorzinho El Campo de Cima ER Meu Postinho		
São Domingos	El Baitaca El Encruzilhada El Guadalupe El Imigra El Linha Lorenzo El São Brás		
São Francisco do Sul	El Estaleiro El Francisco A. Correa El João Dias El Morro da Cruz El Morro Grande El Silvério de Mira El Ubatuba GE João G. Machado		
São João Batista	El Tajuba I El Timbezinho El Vargem Pequena ER Flora Auta Brasil ER Maria das Dores Cipriane ER Monsenhor José Locks ER Prof. Aracy E. Dalsenter		

São José do Cerrito	El Araçá El Barra Grande El Cafundó El Campina do Gelo El Capela do Divino El Capoeirinhas El Cerro Azul El Cerro Pelado El Corredeira El Corredeiras El Coxilia dos Adrianos El Erminda El Faxinal dos Mendes El Fazenda do Xavier El Fazenda dos Lucianos El Fazenda dos Ribeiros El Fazenda São João El Fazenda Velha El Goiabeira El Gramados El Itararé II El Lajeado do Sr. do Bom Fim El Lajeado dos Correias El Linda Vista El Luiz Alberto Valentini El Luiz Flossoni El Nossa Senhora das Graças El Passo Canoas El Passo Fundo I El Passo Ruim El Passo Teodoro Bento El Pinheiros Ralos El Prof. Zenita Pereira Garcia El Quarteirão das Palmeiras El Rincão dos Martins El Salto Caveiras El Salto dos Laureanos El Saltos dos Esmérios El Santa Catarina El Santa Terezinha El São João El São José Sede Velha El São Roque El Serra Negra El Simão Marques Correa El Vargem Bonita El Volta Grande	Siderópolis El Ex Patrimônio El Miguel Lazarin Taió El Bela Vista El Ribeirão da Vargem II Tangará El Dilma de Moraes Tigrinhos El Santa Fé Tijucas El Campo Novo El Campo Novo I El Campo Novo II El Geraldo Rebelo El Pontual do Sul El Porto do Itinga El Sítio do Timbé El Terra Nova II El Timbé Norte ER Angela W. Peixer ER João Caetano ER Madre Sabina ER Mins. Augusto Zucco GE José Hígino da Silva Timbé do Sul El Areia Branca El Morro Azul I El Serra Velha II Timbó ER Prof. Nestor Margarida Timbó Grande El Alto Timbó El Caçador Grande El Caçadorzinho El José Faustino Carneiro El N. S. Aparecida El Santa Maria El Santa Rosa El Taboão II El Vargem Grande Três Barras El Campininha El Colônia Tigre ER Francisco Rocha Treze Tílias El Nelson Pedrini El Jataí El São Bento El Três Barras Tubarão El Morro da Sanga El Rio do Pouso Alto El Rio do Pouso I El Rio do Pouso II ER Francelino Mendes ER Francisco Salgado ER Júlio Boppré ER Orlando Francalacci ER P. Cristina Ávila Wendhausen ER Pe. Paulo Herdt ER Prof. Cleto da Silva GE Bom Pastor GE São Judas Tadeu Tunápolis El Linha Fátima Turvo El Morro do Meio El Rio Cachorrinho Urubici El Água Brancas El Alto Rio do Engano El Campestre I El Campestre II El Fazenda do Baú El Fazenda dos Moraes El Jararaca El Prof. Odília de Souza El Prof. Paulo Bathike Filho El Rio Cachimbo El Rio dos Bugres El Santa Terezinha El Santo Antônio El São Francisco El São José El São Pedro El Vacarianos El Vacas Gordas Urupema El Morro dos Papagaios El Cedro El Quebra Dente Vargeão El Fazenda São Luiz El Linha Zanchet El Serraria Conte
São Lourenço do Oeste	El Capitelzinho El Encruzilhada Trento El Lajeado Antunes El Lajeado Grande El Linha Bela Vista El Linha Ibicará El Linha Ivagaci El Linha Jacutinga El Linha Limoeiro El Linha São Lourenço El Linha Taquari El Posto Suinocultura El Rio Feliciano El Sant'Ana da Bela Vista El Santo Antônio El São Caetano El São Roque	
São Martinho	El Alto Rio São João El Rio Areia El Rio São João El São Martinho Alto ER Ver. Gregório Steiner	
São Pedro de Alcântara	El Alto Virgínia El Barro Branco El Pagará El Rio Forquilhas El Santa Filomena	
Saudades	El Aracazinho El Linha Jaboticaba	
Schroeder	El Bracinho El Bracinho do Sul El Duas Mamas El Schroeder III	
Serra Alta	El Linha Baesso El Nova Ibiaca	

Vargem	El Colonial Laranjeira El Didomenico El Ervalzinho El Júlia Crispina do Nascimento El Mânica e Gotz El Marondim El N. S. de Lourdes El São Roque El Toldo ER Santa Rita
Vargem Bonita	El Coração El N. S. do Carmo
Vidal Ramos	El Blink El Francisco F. Junior El Riozinho
Videira	El Aparecida I GE Fedelis Antonio Fantin
Vitor Meireles	El Gaibiroba El Alto Ribeirão Fachinal El Barra do Rio Deneke El Rio Bruno El Rio das Frutas El Rio Denecke I El Sagubeiro El Salto Dolmann El Serra da Abelha I El Serrinha El Varaneira
Witmarsum	El Alto Catangará El Gnadental El Ribeirão Cambará El Ribeirão Marreco El Waldheim
Xavantina	El Alto Irani El Divisa das Águas El Guararapes El Linha 7 de Setembro El Linha Mosconi El Linha São Miguel El Linha Trevisan El Medianeira El Passo das Antas El Pinhal Preto El Reduto
Xaxim	El Dal Bianco El Nova Brasília El. Profª Noeli Fátima Rossoni El Rui Barbosa II
Zortéa	El Pouso Alto El Volta Grande

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 215.3/2013

Institui o Programa Um Computador Por Aluno, no âmbito da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Programa "Um Computador por Aluno" - UCA, com o objetivo de promover, a partir da disponibilização de um equipamento portátil de informática para cada aluno matriculado na rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, a melhoria do processo educacional, a inclusão digital e a inserção da cadeia produtiva no processo de fabricação e manutenção de equipamentos.

Art. 2º O Programa "Um Computador por Aluno" ficará sob a gestão da Secretaria de Estado da Educação, que promoverá, no âmbito da rede pública de ensino, todos os atos necessários para sua execução.

Art. 3º Será criada uma Comissão Especial, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, de caráter permanente, para a implantação e acompanhamento do UCA.

Parágrafo único. A implantação do Programa dar-se-á de forma progressiva, priorizando as unidades escolares com os piores desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Art. 4º A Comissão Especial referida no art. 3º, com o auxílio de instituições técnicas públicas e privadas, deverá estipular as metas de implementação do Programa, avaliar a melhoria do processo educacional e emitir parecer técnico sobre o seu funcionamento.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei ocorrerão à conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/13

JUSTIFICATIVA

A política educacional e os sistemas educacionais desenvolvidos no Estado brasileiro se encontram em crescente processo de modificação e expansão, sendo imperiosa a adequação às novas realidades enfrentadas pelo indivíduo, tornando-se indispensável oferecer uma educação básica de qualidade que tenha como prioridade a dimensão humana do desenvolvimento.

Nesse contexto, não se pode afastar que os avanços tecnológicos são os grandes condutores desse novo parâmetro educacional, já que possibilitam o acesso à informação sem as barreiras comumente encontradas em um passado não tão remoto.

Oportuno mencionar que o desenvolvimento de programas de formação permite uma sociedade mais igualitária, com um progresso baseado cada vez mais centrado no uso intensivo de tecnologia e na disseminação cada vez mais rápida de um crescente volume de informações e novas formas de trabalho.

Tais considerações demonstram, de forma incontestável, que para a sociedade brasileira, em especial os cidadãos do Estado de Santa Catarina, possa enfrentar o notório crescimento econômico sem desperdiçar as oportunidades emergentes, se faz imprescindível que a maioria saiba operar as tecnologias da informação para resolver problemas, tomar iniciativas e se comunicar.

Com efeito, objetivando atingir tal demanda social, o Governo Federal propôs, através do Projeto Um Computador por Aluno (UCA), uma nova utilização da tecnologia nas escolas públicas, tendo como pilares de sustentação a melhoria do processo educacional, a inclusão digital e a inserção da cadeia produtiva brasileira no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos.

Sintetizando o que consta na introdução do projeto base, "as ações previstas inserem-se num contexto mais amplo de políticas públicas em Educação e tecnologias, no qual se situam: os parâmetros e/ou orientações curriculares nacionais, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o programa TV Escola, o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, o programa Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED), o Programa Nacional de Informática na Educação Especial (PROINESP), o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), o Pró-Licenciatura, o Pró-formação e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como ações educacionais do Governo Federal, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem) e o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, como programas tecnológicos também do Governo Federal" (in Um Computador por Aluno - Projeto Base, Ministério da Educação).

Destarte, no intuito de atingir as metas educacionais já suscitadas, constatou-se que a melhor forma de se atingir tal objetivo seria a utilização do computador como "prótese da inteligência e ferramenta de investigação, comunicação, construção, representação, verificação, análise, divulgação e produção do conhecimento."

Para tanto, não poderá o Poder Público se eximir de tal obrigação, já que é consenso entre os pensadores dos sistemas educacionais que a formação do indivíduo, dentro das escolas, deverá ser atrelada à disponibilização de conhecimentos tecnológicos, vinculando, sobremaneira, à efetivação de ação governamental que priorize a informatização da escola pública, acompanhada pela capacitação dos recursos humanos envolvidos.

Assim, os equipamentos a serem disponibilizados aos estudantes poderão ser utilizados tanto nos espaços escolares (sala de aula, pátio, laboratórios), de acordo com regras a serem estabelecidas, como em suas residências, iniciando assim um processo de inclusão digital de familiares e da comunidade em geral.

A implementação do presente projeto capacita de forma adequada o aluno, amplia a interação entre aluno/professor, aluno/aluno e professor/professor, além de melhorar na assiduidade e na disciplina.

Ainda, possibilita mudança do paradigma no papel do professor, aumento da autoestima dos alunos.

Por fim, a fim de afastar qualquer discussão acerca da esfera de competência deste Poder para legislar sobre a matéria, importante frisar que a presente proposição apenas institui a implementação do UCA, destinando ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação da Lei, resguardando, portanto, a competência privativa contemplada pela Constituição Estadual.

Pelo exposto, solicito aos Nobres Deputados a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Antônio Aguiar

*** X X X ***